

HT-230

12 em
base

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TEMA: A SOBREVIVÊNCIA DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR EM
MOÇAMBIQUE COM REFERÊNCIA ESPECIAL À MARAGRA, 1975-
1987

Dissertação apresentada em cumprimento parcial de requisitos exigidos para a
obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo
Mondlane

Amarchand Teodomiro Ribeiro

Maputo, Outubro de 2006

HT-230

A SOBREVIVÊNCIA DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM
MOÇAMBIQUE COM REFERÊNCIA ESPECIAL À MARAGRA, 1975-
1987

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo
Mondlane

Amarchand Teodomiro Ribeiro

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS & CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Supervisor: Prof. Doutor David W. Hedges

U.E.M. - F.L.C.S.
R. E. 51982
DATA 18.12.06
AQUISIÇÃO oferta
COTA HT-230

Maputo, Outubro de 2006

O Júri:			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
<u><i>Pelle</i></u>	<u><i>David W. Hedges</i></u>	<u><i>Amarchand</i></u>	15/12/06

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação estando indicado no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

(Amarchand Teodomiro Ribeiro)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente ao meu filho IVAN que me fez pai pela primeira vez;
aos meus pais, PAULO e ISABEL; aos meus irmãos WILSON, CELSO, FILIPE e
MÓNICA; a minha namorada e o resto da família e amigos.

AGRADECIMENTOS

O meu especial agradecimento vai:

Ao Prof. Doutor DAVID W. HEDGES, meu supervisor, pela constante crítica construtiva, conselho e paciência dispensada para a elaboração deste trabalho, sem a qual, admito, seria de difícil realização.

Ao dr. CLÁUDIO MANDLATE, que mestralmente me conduziu e ajudou ao longo do trabalho com as suas críticas e sugestões. A sua ajuda e contributo, foi-me extremamente importante.

Um grande agradecimento mesmo ao colega de “batalha”, HALDE ANTÓNIO, com a sua preciosa ajuda na indicação e concessão de fontes usadas na elaboração do trabalho e pela troca de ideias.

Agradeço imenso ao Leonardo Nandza, pela paciência e disponibilidade dispensada pelas caminhadas como meu “guia” na Maragra, Manhiça.

A todos os docentes do Departamento de História da UEM pela ferramenta teórica e metodológica fornecida ao longo do curso.

Ao pessoal das instituições que tive a oportunidade de pesquisar e trocar impressões, especialmente a D. AMÉLIA do INA, D. JANETE da Maragra, e a todos que directa ou indirectamente contribuíram e apoiaram o meu trabalho do fim do curso.

Ao meus colegas do curso (2001-2006) com o qual tive a oportunidade de discutir as ideias do meu trabalho e de conviver no percurso dos cinco anos.

A todos, o meu profundo **OBRIGADÍSSIMO!**

RESUMO

Em 1964 surgiu a Maragra-Açucareira no contexto da economia colonial, que cedo enfrentou sérios problemas (financeiros e de produção), agravados com a situação conjuntural das açucareiras, que se alastraram para o período pós 1975, quando os acontecimentos políticos e económicos à beira da independência precipitou a fuga de técnicos e gestores qualificados.

Os acontecimentos do pós 1975, assim como durante a década de 80, mergulharam o sector açucareiro numa crise financeira, estrutural, funcional que afectou a produção e o próprio rendimento financeiro. O aspecto financeiro e económico da Maragra foi muito marcante nos dois períodos (colonial e pós-colonial), mas grave ainda no período pós-independência: foi afectada com a fuga dos técnicos encarregados pelo funcionamento da fábrica e produção de açúcar; desinvestimento de capitais e do equipamento de reposição; desorganização e a respectiva crise de produção; intervenção estatal e suas implicações; crescente dívida e desinvestimento; política de preços fixos sem respeitar os custos de produção da empresa; falta de capitais próprios aliado ao fraco investimento realizado na empresa.

Estes aspectos, associados à outros (equipamento obsoleto, fraca produção e ruptura de *stock*), perpetuaram a crise da Maragra e conduziram a mesma a paralisar sua produção de açúcar nos anos de 1984/85, altura que se intensificam os esforços de sobrevivência. Assim, a empresa procurou desenvolver, implementar e diversificar várias actividades produtivas para sustentar a fábrica e os tabalhadores, na esperança de uma recuperação a curto ou médio prazo. Estas medidas fizeram sentir-se a nível de produção e abastecimento de alimentos aos trabalhadores e familiares da empresa, estabelecimento de acordos comerciais e mesmo prestação de serviços diversos a vila da Manhiça.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHM	Arquivo Histórico de Moçambique
BFE	Biblioteca da Faculdade de Economia (UEM)
BFLCS	Biblioteca da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (UEM)
BM	Banco de Moçambique
CDA	Centro de Documentação (Ministério) da Agricultura
CDE	Centro de Estudos Económicos
CDI	Centro de Documentação e Informação (BM)
CNP	Conselho Nacional do Plano
CEDIMO	Centro de Documentação de Moçambique
EE	Empresa Estatal
INA	Instituto Nacional do Açúcar
MA	Ministério da Agricultura
Maragra	Marracuene Agrícola Açucareira
MDPE	Ministério de Desenvolvimento e Planificação Económica
MPF	Ministério de Plano e Finanças
OE	Orçamento do Estado
PRE	Programa de Reabilitação Económica
RPM	República Popular de Moçambique

LISTA DE TABELAS

Quadro 1: Maragra, evolução de produção, 1970-1974.....	15
Quadro 2: Evolução dos prejuízos da Maragra, 1969-1973.....	17
Quadro 3: Import. e Export. do açúcar em Moçambique (mil tons.), 1975-1986.....	24
Quadro 4: Maragra, dados financeiros, 1983-1986 (em milhões de Mts).....	28
Quadro 5: Preço e custos de Produção de açúcar em Moçambique (Mts/Kg).....	31
Quadro 6: Maragra, produção da empresa, 1975-1984.....	33
Quadro 7: Produção alimentar da Maragra.....	37

ÍNDICE

DECLARAÇÃO.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
LISTA DE ABREVIATURAS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	1
1. Contextualização.....	1
2. Revisão de Literatura.....	5
3. Argumento	9
4. Limitações do Estudo	10
CAPÍTULO 2: A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM MOÇAMBIQUE ATÉ 1974.....	12
1. Introdução.....	12
2. Antecedentes.....	12
3. Maragra: Formação, Caracterização e Evolução da Produção	14
3.1. Evolução da Situação Financeira	16
4. Maragra nas Vésperas da Independência	18
5. Conclusão	19
CAPÍTULO 3: CRISE, SOBREVIVÊNCIA E PARALISAÇÃO DA MARAGRA, 1975-1987.....	21
1. Contexto Económico e Político, 1975-87.....	21
2. Intervenção Estatal e suas Consequências, 1977	24
3. Situação Financeira, 1975-1985/87.....	26
3.1. Desinvestimento, Dívida e Financiamentos.....	27
3.2. Política de Preços e Custos de produção	30
4. Crise, Sobrevivência e Paralisação da Maragra, 1984-1987	32

CONCLUSÃO.....	39
FONTES CONSULTADAS.....	41
Teses.....	41
Artigos e Relatório Não Publicados.....	41
Livros e Artigos Publicados.....	42
Legislação.....	43
Entrevista e Depoimentos.....	44
Revistas e Jornais.....	44
Tempo.....	44
Notícias.....	45
ANEXOS.....	46
GUIÃO DE QUESTIONÁRIOS.....	47
CRONOLOGIA CONTEXTUALIZADA.....	49
MAPAS E FIGURAS.....	51

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1. Contextualização

A introdução da cana sacarina em Moçambique em moldes industriais nos finais da década de 1890, criou condições para o surgimento da indústria açucareira durante a década seguinte. Foi nas regiões propícias para o seu cultivo que se instalaram, na época colonial, as primeiras unidades agro-industriais pertencentes a grupos monopolistas ingleses e holandeses que mais tarde se associaram os investidores portugueses.¹

Na década de 50, o crescente investimento de capitais portugueses fez-se sentir sobre a indústria açucareira moçambicana condicionando a sua expansão. Aumentou-se as áreas da cana, condicionou-se a sua modernização e ampliou-se as fábricas então existentes. Por seu turno, Portugal exigiu das suas colónias o fornecimento obrigatório do açúcar anualmente para cobrir o défice ue havia sido criado.

Durante a década de 60, assistimos à criação de mais duas fábricas, nomeadamente a Maragra-Açúcar (1964), foco de análise do trabalho e a Açucareira de Moçambique (1966), que se juntaram as já existentes Sena Sugar Estates, Lda.; a Sociedade Agrícola do Incomáti e a Companhia de Búzi, as mais importantes indústrias açucareiras de Moçambique. O surgimento da Maragra visou objectivos específicos no contexto da estrutura económica colonial, que desde a sua formação viu-se a braços com problemas financeiros que se arrastaram até à altura da independência.² Com estas fábricas, Moçambique aumentou o nível de produção nacional do açúcar fazendo parte, no início da década de 70, de um dos maiores produtos de exportação do país³ e no maior sector empregador de mão-de-obra.⁴

A partir dos meados da década de 70, com a independência moçambicana à espreita os proprietários das açucareiras, com o receio da nova ordem política no país, iniciaram um processo de fuga que culminou com o gradual desinvestimento, fuga de capitais e, mais tarde, de técnicos e da maior força de trabalhadores especializados (estrangeiros e alguns nacionais semi-qualificados), levando as empresas a uma crise funcional e estrutural que se

¹ Veja Capítulo II

² "Moçambique-Portugal: Ruptura nas Conversações", in *Tempo*, 15/04/79: 18

³ Açúcar ocupava o terceiro lugar com 11%, depois do Cajú (23%) e Algodão (21%). (Wuyts, 1989: 25)

⁴ INA, 2000: 2; Gode, 1997: 6

agudizou até atingir níveis insustentáveis nos anos seguintes (1976 e 1977). A repercursão do fenómeno na Maragra, através da fuga de técnicos e do pessoal de gestão, afectou a estrutura fabril, o que teve como consequência imediata a crise de produção na empresa em 1975.⁵ A situação prevalecente conduziu o Governo da RPM a ordenar a intervenção de empresas em conformidade com o Decreto-Lei nº 16/75 de 13 de Fevereiro. Neste contexto, à luz do mesmo decreto, a Maragra é intervencionada em 1977 e é transformada em empresa estatal no ano seguinte. O processo de intervenção, acarretou consigo consequências para a Maragra e para as restantes fábricas açucareiras.⁶ Assim, para a Maragra sobreviver a prática de desinvestimento, anteriormente referido, recorreu ao crédito bancário financiado pela banca estatal, nomeadamente o Banco de Moçambique e o BPD. Quando a política de financiamentos cessou, a empresa recebeu subsídios, da parte governamental, para a supressão das necessidades básicas, como por exemplo, o pagamento de salários. Em suma, para evitar falência e sustentar a empresa. Em relação à falta de técnicos especializados, o Estado criou uma nova geração de técnicos e gestores nacionais e trabalhou em cooperação com alguns técnicos estrangeiros.⁷

A tendência regressiva da produção, a partir de 1975, a má gestão e os preços “administrativos” do açúcar fixados a nível central pelo Governo, as sucessivas paragens devido ao estado do equipamento bastante obsoleto, não permitiu a recuperação financeira das empresas.⁸ Acrescentada a isso, a produção do canavial na Maragra foi seriamente ameaçada pela seca e pela cheia que arrasou o sul do país nos princípios da década de 80; o eclodir do conflito armado, embora não tenha afectado directamente a Maragra, distraiu os esforços de recuperação da empresa, pois, foi necessário criar-se uma força própria de defesa que garantisse a sobrevivência da empresa e a livre circulação de transportes na

⁵ “Maragra: Crise de Produção”, in *Tempo*, 19/10/75: 60; veja também “Maragra: substituir estacas estragadas, matar o bicho que as rói para salvar a casa”, in *Tempo*, 9/11/75:62

⁶ A intervenção conduziu as empresas à degradação organizacional e de gestão, a incapacidade de reinvestimento por parte do Governo, por um lado, devido às dificuldades cambiais, e por outro, por causa da má política de repartição dos fundos e devido à questão “Tutelar” do sector entre os Ministério de Indústria e Energia e o de Indústria Ligeira Alimentar. (vide INA, 1989: 30-32)

⁷ “Sector açucareiro: trabalhadores vão especializar-se em Cuba”, in *Tempo*, 12/08/79: 10; veja também *Tempo*, 3/09/78: 10; *Tempo*, 5/8/79: 8

⁸ INA, 1989: 32

EN1, que liga a Maragra aos demais pontos do país. Por outro lado, a guerra afectou bastante a actividade económica na região de influência da Maragra.⁹

A conjugação dos factores acima mencionados na Maragra, associado ao fraco índice de produção e o estado obsoleto do equipamento e a ruptura no *stock* da empresa, fez com que a empresa interrompesse a produção do açúcar nos anos de 1984/85¹⁰, embora a cultivo da cana continuasse até 1987 e em diante, altura que a cana deixa de ser cultivada oficialmente pela empresa. Não obstante, a actividade na Maragra continuou nos anos posteriores e passou a dedicar-se a outras actividades não relacionadas com a cana sacarina, desenvolvidas mesmo antes da sua intervenção. Como forma de ultrapassar as dificuldades enfrentadas ao longo desse tempo (1975-87), a Maragra implementou medidas económicas e administrativas com vista a garantir a sobrevivência da própria fábrica bem como a dos seus funcionários.

Assim, o trabalho pretende analisar a estratégia que a Maragra implementou para superar a crise numa altura em que o ambiente político e económico, bem como os problemas inerentes à empresa, não eram favoráveis à sua sobrevivência e auto-sustentabilidade.

Como balizas cronológicas do trabalho, 1975 corresponde o ano da independência de Moçambique quando parte considerável de técnicos qualificados abandonou a Maragra, remetendo-a numa crise organizacional e funcional, e 1987, altura que a empresa oficialmente não cultivou mais a cana nos seus campos e passou a dedicar-se a outras culturas e actividades¹¹ logo após paralisar a produção de açúcar em 1984. Nesta data há uma redefinição da política de créditos que eram canalizadas às E.E. deficitárias.

O trabalho tem como objectivo compreender a crise que se abateu sobre a indústria de açúcar após a independência e durante a década de 80, e analisar sua incidência na fábrica da Maragra, procurando mostrar como foi que ela se comportou para responder à crise instalada.

⁹ A criação de um exército próprio absorveu um dispositivo financeiro que poderia ser alocado para outras áreas de produção da empresa. (Cardoso, 1993: 244-252)

¹⁰ "Devido ao Estado de equipamento, Açucareira da Maragra não terá Campanha de Produção", in *Tempo*, 20/3/85:2

¹¹ INA, 2000: 2

A questão levantada para a elaboração da problemática é saber que medidas o Governo e a Maragra implementaram para fazer frente à crise que ela vivia no período em estudo?

Como hipótese, o trabalho argumenta que os problemas conjunturais do país culminaram numa crise que afectou o sector açucareiro e a empresa, obrigando o Governo da RPM a intervencionar a Maragra e tomar medidas com vista a manter a operacionalidade da empresa e acompanhar seu funcionamento com base em créditos e subsídios de produção e ainda, pela parte da empresa, adoptar uma postura de diversificação no esquema de produção que envolvesse outras actividades que não fosse a cana sacarina nos seus momentos mais críticos e quando parou a produção do açúcar.

A elaboração do trabalho consistiu na selecção e consulta de material bibliográfico de natureza diversa (relatórios, artigos de jornais, dados estatísticos, revistas, teses.) existentes no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), na Biblioteca da Faculdades de Letras e Ciências Sociais (BFLCS), no Centro de Estudos Africanos (CEA), na Biblioteca da Faculdades de Economia (BFE), no Ministério da Administração Estatal (MAE) no seu centro de documentação (CEDIMO), no Centro de Documentação do Ministério de Plano e Finanças (CNP), no Instituto Nacional do Açúcar (INA), na Delegação da Maragra em Maputo; na confrontação, análise e interpretação dos dados e na entrevista de alguns funcionários da empresa com o objectivo de recolher mais informações para a realização do trabalho.

O trabalho contém três capítulos. No primeiro, caracterizamos a empresa em estudo, justificamos o tempo do estudo, apresentamos os objectivos do trabalho, a pergunta de partida, a hipótese e a metodologia usada para a elaboração do mesmo; no segundo, contextualizamos aspectos gerais da indústria açucareira moçambicana e sua natureza até as vésperas da independência, em 1974. Aqui destacamos a formação da Maragra, sua caracterização (essencialmente agro-indústria), a evolução da produção, a evolução financeira e o ambiente político económico nos anos próximos à independência. Neste capítulo, procuramos mostrar que os problemas conjunturais das açucareiras começaram mesmo antes da independência, sendo apenas, largamente exacerbados no período seguinte (1975-87), com o surgimento de outros problemas e no terceiro, analisamos a crise vivida pela Maragra com a fuga de técnicos, desinvestimentos e o tipo de política adoptada para o

sector açucareiro (intervenção estatal e suas consequências e a política de preços artificialmente administrados). Outros aspectos analisados são a crise de produção, a situação financeira, e os efeitos da guerra na década de 80. O capítulo argumenta que devido à combinação destes factores, a Maragra viveu uma crise financeira e funcional sem precedentes. Não obstante, ela continuou operacional até encerrar definitivamente sua laboração em meados da década de 80. E neste contexto, o trabalho analisa os mecanismos de sobrevivência adoptada pela Maragra no período posterior a sua paralisação, quando procurou desenvolver outras actividades que não a cana.

2. Revisão de Literatura

A situação da indústria açucareira após a independência, inserida num ambiente de crise gerada com a saída de técnicos especializados, a falta de divisas necessárias para financiar as importações de peças sobressalentes, a aplicação da política de preços abaixo dos custos de produção, a escalada do conflito armado bem como as calamidades naturais e outros, tem sido analisado e apontado por diversos autores como responsáveis pela crise que a indústria açucareira moçambicana viveu logo após 1975. A influência destes factores para Maragra bem como a estratégia adoptada pela empresa após 1984, também constitui um foco de análise neste trabalho.

Rita-Ferreira (1988), na sua obra *'Moçambique pós 25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática'*, expõe algumas razões que levou à saída da comunidade colona portuguesa, e outras, a abandonar Moçambique antes e depois de 1975. Faz referência aos dispositivos legais publicados pelo Governo da RPM que afectou os residentes estrangeiros de modo a tomarem a decisão de abandonar o país.¹² Sua importância reside no facto de poder confrontar a tese defendida por Abrahamsson & Nilsson¹³, de que a saída da comunidade colona europeia, deveu-se ao pânico gerado pelo novo regime do pós-independência.

Abrahamsson e Nilsson (1993) e Wuyts (1983, 1989) são importantes no reforço da ideia de Rita-Ferreira quanto à saída da comunidade colona europeia, como um processo

¹² Rita-Ferreira, 1988: 154-156

¹³ Estes autores defendem, por exemplo, que a mensagem pouco clara sobre reconciliação política dada pela Frelimo durante a Luta de Libertação e o destino horrendo que esperava a população branca durante um regime de maioria negra, pesou na decisão da comunidade colona. (Abrahamsson & Nilsson, 1993: 37)

que inicia durante a luta de libertação e que ocorre com mais frequência no período de Governo de transição e nos primeiros anos da independência. Os mesmos, embora tenham opiniões similares, diferem consideravelmente quanto ao número exacto dos colonos que migraram para seus países de origem ou para os países vizinhos.¹⁴

A implicação da fuga maciça de colonos para a economia é ilustrada por Wuyts (1980; 1983; 1989), Cardoso (1993) e Ratilal (1991); segundo eles, culminou com uma crise em todos os sectores chave da economia moçambicana, nomeadamente no sector dos transportes, da construção, do turismo, da agricultura, dos serviços, da indústria e outros. De modo geral, frisam a fuga de capitais, caos generalizado, abandono de farmas, destruição de equipamentos e infra estruturas e queda dos circuitos de comercialização, com mais impacto no campo.

Castel-Branco (1994) mostra o impacto no défice das empresas estatais, que como resultado se tornam mais dependentes do orçamento do Estado. Aponta o não encorajamento (lucros drenados para as finanças públicas) e o automatismo criado entre empresas deficitárias e a conta corrente com o BM (saldos negativos automaticamente financiados pelo BM) como factores responsáveis.¹⁵ Mas por sua vez, Wuyts (1989) foca a importância da política de financiamento dos défices das empresas produtivas através do crédito bancário.¹⁶

A importância do *Relatório do Banco de Moçambique* (1986) reside na análise da situação económica e financeira no período 1981-1986 e mostra a importância e participação de cada banco (BM, BPD e BSTM) na concessão de crédito e por que sectores da economia. Aponta a guerra de desestabilização e a seca como os responsáveis pela deterioração económica e financeira na fase posterior a independência.

Cardoso (1993) na sua obra sobre empresas agrárias e desenvolvimento rural em Moçambique, faz referência particular à Maragra: introduz os traços da zona de operação da empresa; discute o impacto da guerra no ambiente económico de operação da Maragra; apresenta dados históricos e técnicos, incluindo a estrutura organizativa e organigrama da empresa; os regimes e as características de produção e de trabalho e, por fim, o

¹⁴ Veja-se, por exemplo, Wuyts, 1989: 40-41 e Abrahamsson e Nilsson, 1993: 37 em relação ao número exacto dos que migraram.

¹⁵ Castel-Branco, 1994: 107-108

¹⁶ Esta política visava fundamentalmente prevenir a inflação e assegurar os altos níveis de *outputs*. (Wuyts, 1989: 104-105)

relacionamento institucional e comercial da empresa.¹⁷ O facto da obra ter como marco de estudo 1985, pouco ajuda na análise sobre o período posterior a este, concretamente sobre os anos após a paralisação da fábrica. No entanto, é uma obra importante porque possui informações que as outras obras não têm.

Como resultado da saída de maior parte de técnicos qualificados das unidades açucareiras, a evolução da crise nas empresas foi acompanhada de acentuado desinvestimento. INA (1989) defende que a fuga de técnicos condicionou, para as açucareiras, o progressivo desinvestimento levando as empresas do sector a uma situação de crise funcional que se agudizou gradualmente até atingir níveis insustentáveis por alturas de 1976/7.¹⁸ Gode (1997) reforça a mesma ideia sobre a falta de moeda para a indústria açucareira que contribuiu na deficiência de importação de peças sobressalentes, no equipamento de irrigação, de agro-químicos e de químicos fabris, etc.¹⁹

O artigo da *Tempo* (19/10/75) mostra as implicações da fuga dos técnicos experimentados e do pessoal de gestão no funcionamento da fábrica, pois mostra que quando isso aconteceu as máquinas foram ameaçadas de paralisação porque não tinha quem os reparar, o que teve como consequência a crise de produção.²⁰

O Decreto-Lei nº 16/75 de 13 de Fevereiro legitima a intervenção estatal nas empresas consideradas “sabotadas” e “abandonadas”, com o objectivo de colmatar as sequelas de fuga dos técnicos qualificados na Maragra e no resto das empresas. Assim, o Relatório do INA salienta os constrangimentos desse processo na organização e gestão, na incapacidade de reinvestimento do Estado na “Tutela” do sector.²¹ Mas o mesmo não é feliz em demonstrar os benefícios que desse processo advieram, como o caso de sustar as infra-estruturas e manter grande parte de postos de emprego. Por sua vez, o relatório do MDPE-CDE (1977) foca as acções tomadas pelas estruturas políticas com vista a programação, orientação, planificação, controlo da produção bem como a formulação de métodos uniformes e contactos desenvolvidos para a cooperação do sector açucareiro com outros países. Este documento preconiza as metas quantitativas (e em menor escala os métodos qualitativos) a atingir até 1980 (325.000 tons.). O documento introduz os aspectos da

¹⁷ Cardoso, 1993: 235-273; ver Cap. VIII

¹⁸ INA, 1989: 29

¹⁹ Gode, 1997: 4

²⁰ “Maragra: Crise de Produção”, in *Tempo*, 19/10/75: 60-61

²¹ INA, 1989: 29-32

conjuntura açucareira, sendo feliz no estabelecimento da ponte no período colonial e no período a seguir a independência.²²

O relatório do INA salienta que o desinvestimento das açucareiras resultante do processo de intervenção e a acumulação progressiva da dívida ao BM resultante de crédito, tornou a situação financeira deficitária. Defende que contribuiu para isso a tendência regressiva da produção, a má gestão e os preços “administrativos” do açúcar. Neste contexto, o relatório frisa o papel desempenhado pelo preço fixado a nível central que muitas vezes não respeitava os custos de produção, mas sim o poder de aquisição do açúcar por parte do povo.²³

Gode (1997) e Chale (2004), nas suas teses concordam com o relatório do INA (1989) e o articulista da revista *Tempo* (19/10/75), que a tendência decrescente que a produção do açúcar registou desde 1975, com aceleração na década de 80 deveu-se basicamente ao abandono das açucareiras pelo pessoal técnico e de gestão; pela escalada do conflito armado, que dificultou o escoamento da produção; fixação administrativa de preços abaixo dos custos de produção; a falta de divisas necessárias para financiar as importações das peças sobressalentes, fertilizantes e sementes. Pouca atenção é dada a situação da maquinaria.

Um artigo publicado no *Notícias* (20/03/85), foca o estado técnico do equipamento da Maragra que foi responsável pela baixa de produção para o ano de 1984 em consequência do material debilitado que carecia de reparação e manutenção correcta da sua maquinaria. O resultado foi à interrupção da campanha para o ano de 1985.²⁴ Este apresenta uma análise deficiente porque exclui a questão financeira, de stocks e o próprio rendimento da empresa, se se ter em conta a salinidade dos seus solos e o baixo teor de sacarose.

Os elementos acima expostos demonstram o quanto a indústria açucareira teve que enfrentar dificuldades sérias para a sua sobrevivência. Cardoso (1993) defende que a crise que avassalou a indústria açucareira foi, em parte, resolvida graças à concessão de créditos

²² Ministério de Desenvolvimento e Planificação Económica - Centro de Documentação Económica, “Conjuntura Açucareira”, 1977: 4

²³ O Preço Social era definido tendo em conta o poder de compra da população nivelado por baixo e não respeitava o custo de produção. Uma mudança responsável sobre a temática foi tomada no âmbito do PRE (INA, 1989: 32-33).

²⁴ “Devido ao estado técnico de equipamento, açucareira da Maragra não terá campanha de produção”, in *Notícias*, 20/03/85: 2

e financiamentos.²⁵ O artigo da *Tempo* fala também de financiamentos bancários e da grande exploração a que foram sujeitos os operários e camponeses empregues na fábrica e nas plantações da Maragra.²⁶ Houve também, por parte da empresa, uma tentativa de se agrupar os ramos de actividade da empresa como forma de combater a fase de crise que a Maragra enfrentava. A esse respeito foca-se o aumento de produção de bebidas alcoólicas²⁷ e o incentivo da produção familiar através de distribuição de terras para o seu cultivo.²⁸ Contudo, o Relatório à XI Reunião Geral dos Trabalhadores, é importante para completar a análise do biénio 85/86, a nível da empresa, do pessoal e das condições económicas e financeiras do período. Ao mesmo tempo, sua limitação de tempo distorce a percepção contextual dos acontecimentos.²⁹

3. Argumento

O ambiente político e económico no tempo colonial, criou condições para o surgimento da Maragra, em meados da década de 1960, na Manhiça (Maputo, sul de Moçambique), pelo seu agente maioritário Hermes Pereira Petiz. Sua produção fabril iniciou, num carácter experimental, em 1969, sendo 1970, o primeiro ano de produção em escala industrial. Desde o início a empresa não logrou a estabilização da produção, quer agrícola quer industrial. Isto conduziu a Maragra a problemas financeiros, pois, não atingiu a produção equivalente a metade da sua capacidade instalada (60.000 tons/ano) e acumulou enormes prejuízos a banca;

Após a independência, a crise financeira alastrou-se e agravou-se na Maragra, pois a empresa vê-se a braços com a fuga de técnicos especializados e pessoal de gestão, progressivo desinvestimento e falta de divisas para financiar a importação do material e equipamento necessário, peças sobressalentes e material diverso que pudesse garantir a operacionalidade da fábrica, bem como uma dívida cada vez mais crescente no BM, para além de ser, também, abalada por uma política de intervenção estatal e política dos preços administrados a nível central sem ter em conta os custos de produção da empresa, pela escalada do conflito armado no país e calamidades naturais (secas e cheias), que afectou o

²⁵ Cardoso, 1993: 190

²⁶ "Maragra: crise de produção", in *Tempo*, 19/10/75: 56

²⁷ "Maragra vai aumentar a produção de bebidas", in *Notícias*, 8/12/88: 3

²⁸ "Com distribuição de terras, Maragra incentiva a produção familiar", in *Notícias*, 26/06/86: 2

²⁹ Relatório à XI Reunião Geral dos Trabalhadores, 1986

seu canavial no início da década de 80. Associado a isso, o equipamento que a Maragra apresentava era bastante obsoleto.

Os factores acima enumerados, associados entre si, asfixiaram os esforços da Maragra, que já em si debilitada, paralisou sua actividade em meados dos anos 1980 e anos mais tarde (1987), parou de cultivar a cana sacarina em molde oficial, embora continuasse a brotar espontaneamente dos seus canaviais. Contudo, as constantes avarias verificadas na sua maquinaria exerceram uma grande influência para a paralisação.

Depois da paralisação, a Maragra sobreviveu com base nos financiamentos bancários que mais tarde se tornaram em subsídios cedidos pelo Estado à luz da governação socialista com vista a colmatar as necessidades básicas, como por exemplo, o pagamento de salários e manter a operacionalidade da própria fábrica para evitar o desemprego massivo dos seus funcionários, do uso intensivo dos funcionários que empregava na sua fábrica e nas suas plantações. Quando não pode mais produzir rendimentos com base na sua cultura tradicional, a cana, procurou desenvolver e diversificar outras actividades para o sustento dos seus funcionários. Neste contexto, empenhou-se na produção de hortícolas diversas, de cereais, de animais de pequeno e grande porte, na prestação de serviços a comunidades da vila da Manhiça, na distribuição e aluguer de terras a privados e a camponeses, actividade comercial diversa, etc. Estas actividades desenvolveram-se para além da data de estudo e visaram basicamente, a produção e abastecimento de alimentos e criação de rendimentos extras.

4. Limitações do Estudo

O primeiro, e o grande problema, depara-se com a escassez de material escrito que verse especificamente sobre a Maragra no período em estudo, e com maior dificuldade ainda para o período anterior a 1975 e posterior a 1985. Maior parte do material escrito sobre ela está patente em jornais, revistas, relatórios e muito pouco em obra científica. A sua abordagem é muitas vezes referente a um assunto específico que não diz respeito à Maragra, sendo de difícil contextualização geral. A única obra científica especificamente sobre a Maragra é a obra de Cardoso (1993). As restantes obras, teses académicas e relatórios abordam sobre o sector açucareiro de uma maneira geral, fazendo uma pequena referência à Maragra na sua contextualização.

Outro facto a constatar diz respeito à documentação escrita sobre a Maragra, que segundo os funcionários contactados, foi completamente inutilizado aquando do processo de privatização e nas cheias que afectaram a zona em 2000. Neste contexto, os mesmos faziam-se acompanhar por pequenas brochuras ou cadernos de notas de apanhados, dactilografada ou manuscrita, o que demonstra a dispersão da documentação.

Dos entrevistados constatou-se o domínio parcial do assunto inquirido quanto a especificidade de dados. Outra dificuldade encontrada foi a disponibilidade de tempo nos entrevistados.

A fraca situação financeira do entrevistador influenciou na recolha de dados. Foi difícil deslocar para o local de estudo com frequência assim como para outras zonas distantes da do local de estudo onde residia outra parte de pessoas por entrevistar.

CAPÍTULO 2: A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM MOÇAMBIQUE ATÉ 1974

1. Introdução

O presente capítulo procura apresentar a situação conjuntural da indústria açucareira em Moçambique durante o período em epígrafe, tendo como elementos de análise (i) o processo de formação, caracterização e evolução de produção da Maragra; (ii) a evolução da situação financeira e (iii) o ambiente económico e político nas vésperas da independência, que terá provocado a fuga de técnicos, e a consequente crise de produção com reflexos na Maragra. Procuramos argumentar que a formação comprometida da Maragra no contexto colonial, dificultou, desde o início, sua situação financeira e económica e que as implicações na estrutura de produção estão relacionadas com a incapacidade de produção por causa da maquinaria obsoleta.

Para este capítulo, teremos em conta o período que vai até as vésperas da independência em 1974, com o objectivo de estabelecer uma ponte para o período seguinte (1975-87).

2. Antecedentes

O primeiro passo para o surgimento da indústria açucareira foi a introdução da cana sacarina em moldes industriais nos finais do século XIX, introduzida pelos Holandeses e Ingleses, nas regiões propícias para o seu cultivo, possibilitando o aparecimento de indústrias açucareiras e o segundo, a implantação das fábricas açucareiras nas principais regiões. Na Zambézia assistimos à fundação da primeira fábrica de açúcar em Mopeia (1893), com a formação da Companhia do Açúcar, por J. P. Hornung; em 1900 fundou-se a Sociedade Açucareira da África Oriental Portuguesa que começou a laborar em 1902; em 1905 Hornung formou a "The Sena Sugar Factory Limited" que iniciou a laboração em 1908; em 1920 Hornung e seus filhos formaram a "Sena Sugar Estates Limited" (SSE), que absorveu as fábricas de Mopeia, Luabo, Caia e Marromeu com uma capacidade instalada de 75 mil tons; No Vale do Búzi fundou-se a Companhia do Búzi (1898), pela firma Arriaga & Comandita; e por fim, a criação da "Incomáti Estates" em 1910, de capitais ingleses, no vale do mesmo nome.³⁰

³⁰ INA, 1989: 2-9; ver também Gode, 1997: 3

A partir da década de 50, há um considerável crescimento de investimentos de capitais portugueses que se fez sentir sobre a indústria açucareira condicionando ainda mais a sua expansão e evolução.³¹ Portugal viu-se forçado a recorrer a avultadas importações do açúcar do estrangeiro a preços elevados do mercado internacional, calculando-se o défice português em mais de 75 000 tons (entende-se por ano). Para superar essa falta, o Governo Colonial publicou o Decreto-Lei nº 38 701, de Março de 1952, exigindo das empresas em Moçambique e Angola o compromisso de fornecimento obrigatório de 50 por cento da quantidade do açúcar anualmente necessário para o consumo do continente.³²

Na década de 60, assistimos à formação de duas novas fábricas. A Marracuene Agrícola Açucareira, SARL (Maragra), em 1964, nosso objecto de estudo e a Açucareira de Moçambique em 1966, que procuravam responder à necessidade do Governo colonial de Moçambique em relação ao fornecimento de açúcar à Metrópole e à exportação para fora do chamado “espaço português”.³³ Assim, tornaram-se unidades importantes a Sena Sugar Estates, Lda (Zambézia e Sofala); a Sociedade Agrícola do Incomáti (Maputo); a Maragra (Maputo); a Açucareira de Moçambique (Sofala) e a Companhia do Búzi (Sofala). Para assegurar os interesses destas companhias, os trabalhadores moçambicanos foram submetidos a várias formas de exploração nas plantações, em troca de baixos salários, e o país foi utilizado como o principal fornecedor do produto para o mercado português, onde drenava quase a totalidade da sua produção.

No início dos anos 70, o aumento das áreas da cana, a modernização e expansão das fábricas então existentes, tornou possível o crescimento da produção do açúcar, adquirindo tamanha importância, para a economia nacional: o açúcar fazia parte das três maiores exportações e empregava grande número de trabalhadores.³⁴ Entre 1971-73 a produção atingiu a média de 315 000 tons, com a Sena Sugar Estates a contribuir com 64.5% da produção total.³⁵ Apesar das 300 mil tons, a partir da colheita de 1972, a produção total começa a declinar por causa da política de comercialização do produto, imposta pelo

³¹ INA, 2000: 2

³² A empresa que não fosse capaz de preencher essa necessidade estaria sujeita a uma multa variável de 1\$ e 5\$ por Kg do açúcar não fornecido (“Conjuntura Açucareira”, MDPE-CDE, 1977: 2-3)

³³ “Moçambique-Portugal: Ruptura nas Conversações”, in *Tempo*, 15/05/79:18

³⁴ Wuyts, 1989:25; INA, 2000: 2-3

³⁵ “Conjuntura Açucareira”, MDPE-CDE, 1977: 1-2

Governo colonial Português, que não equilibrou os preços de venda (muito inferiores) com os preços internacionais.³⁶

A conjuntura política e económica, à porta de independência de Moçambique, foi crucial na medida em que contribuiu para a saída da comunidade colona - com elevado poder de compra e capitais necessários - o que trouxe complicações profundas e a longo prazo para o sector açucareiro nos anos que se seguiram. A fuga dos proprietários contribuiu para o desinvestimento de capitais nas fábricas, queda da produção, ruptura no *stock* e, da comunidade colona no geral, para a queda do consumo interno do açúcar.³⁷ Para a indústria do açúcar as implicações da fuga reflectiram-se pela negativa no período pós 1975 (Capítulo 3), uma vez que a gravidade dos problemas levou à paralisação de algumas indústrias e a problemas laborais noutras.

3. Maragra: Formação, Caracterização e Evolução da Produção

O processo de formação da Maragra começou a desenhar-se a partir da altura que Hermes Petiz muda-se para Manhiça, durante os anos 50, juntamente com a sua família depois que seu negócio entrou em crise devido a restrição de importação da banana de Moçambique pela África do Sul. Através de um agrónomo que conhecia as potencialidades da região para o cultivo da cana sacarina, Petiz foi aconselhado a negociar com o sogro para se transferir e reestruturar o negócio naquela área.³⁸ Assim, a transferência de Petiz para a Manhiça culminou com a formação da “Marracuene Agrícola Açucareira, SARL” (MARAGRA-AÇUCAREIRA), em 1964, resultante da transformação e reestruturação da “Marracuene Agrícola Comercial Lda.”³⁹, que se dedicava a exploração agrícola diversa.

³⁶ “Conjuntura Açucareira”, MDPE-CDE, 1977: 2

³⁷ Embora o consumo interno tenha baixado nas vésperas da independência, logo após 1975, o consumo interno voltou a subir, por um lado, devido ao maior poder de compra de certas camadas de trabalhadores a quem foram atribuídas, durante o período de transição, maiores salários em determinados sectores de actividade (MDPE-CDE, 1977: 3-4)

³⁸ Seu sogro, José Teixeira Catarino com António Vicente Pinheiro, constituiu a “Marracuene Agrícola Comercial Lda.” (1928), dedicada a produção de arroz, da banana, do gado e outros produtos. (MARAGRA-AÇUCAR, 2001: 6)

³⁹ Constituída pela escritura de 18/05/1964, no Primeiro Cartório Notarial de Lourenço Marques, com um capital social inicial e integralmente subscrito o montante de 160 mil contos, com a possibilidade de se elevar até ao montante de 250 mil (nunca chegou a se concretizar). (INA, 1989: 7; Cardoso, 1991: 252)

Localizada no vale do rio Incomáti, no distrito da Manhiça, dista cerca de 80 Kms a norte da cidade de Maputo e distancia-se 3 km da EN1.⁴⁰

No entanto, a Maragra só se empenha na cultura açucareira com o propósito de responder às necessidades das autoridades coloniais⁴¹, quanto ao abastecimento do açúcar e não procurou respeitar os requisitos para a instalação da própria fábrica.

Uma vez formada, a empresa iria dispôr de um grande espaço e de um grande número de mão-de-obra para o seu funcionamento. Em termos de espaço, ocupou uma área com cerca de dez mil hectares dos quais cerca de 8600 ha destinou-se a parte agrícola e a restante, a parte das infra-estruturas nomeadamente a fábrica, o armazém, a parte administrativa, os bairros residenciais, oficinas e o estaleiro de construção, a escola, o hospital, cantinas e lojas, etc.⁴²

A Maragra iria inicialmente processar 2.500 tons de cana/dia e foi mais tarde ampliada, em 1972, para processar 4.320 tons/dia, e uma produção de 60 mil tons açúcar/ano. A Maragra realizou a sua primeira campanha experimental em 1969, tendo obtido 12.600 tons de açúcar⁴³, e em 1971, superando essa marca com mais de 44 mil tons.

Abaixo é ilustrada a evolução da produção da Maragra desde 1970 até 1974 onde notamos a oscilação da produção que ronda entre 29-44 mil tons. A explicação para o comportamento de oscilação no quadro da produção relaciona-se com a gestão da própria empresa e com problemas técnicos ao longo destes cinco anos.

Quadro 1: Maragra, evolução da produção 1970-1974

Ano	Área cortada (ha)	Produção da cana (tons.)	Açúcar (tons.)
1970	5.115,6	267.549	29.066
1971	6.395,0	399.053	44.122
1972	5.255,9	252.286	26.422
1973	4.824,9	247.520	25.801
1974	5.796,5	285.191	29.926

Fonte: Adaptado, INA (1989: 12-13); Cardoso (1993: 253)

⁴⁰ Cardoso, 1993: 236

⁴¹ *Tempo*, 15/04/79: 18

⁴² Cardoso, 1993: 236

⁴³ "Não Vamos Esquecer", 1981, Quadro 1; MDPE-CDE, "Conjuntura Açucareira", 1977: 7

Da análise do quadro constatamos que com a excepção de 1971, a evolução de produção da Maragra foi decrescente, com ligeira subida em 1974, derivado de aspectos internos e externos à própria empresa, tornando-se mais agudo depois de 1975. Segundo Cardoso, o período que vai até à campanha de 1973 é caracterizado por *“acentuadas oscilações na produção causada por problemas de gestão e de ordem técnica, designadamente má planificação do corte da cana e má drenagem”*.⁴⁴ O pico de produção do açúcar (44 mil tons) em 1971 foi conseguido à custa de extensão da campanha para 232 dias e pelo corte de quase 100% da área da cana de produção (em resultado, a campanha do ano seguinte teve uma queda brusca da ordem de 40%).⁴⁵

A Maragra, formada com o objectivo primário de promover o cultivo da cana sacarina, a exploração da indústria do fabrico do açúcar, o exercício da exploração agrária dos Terceiros, que tinham ou que viessem a ter em sua propriedade a qualquer título legítimo e o exercício de Comércio Geral em Importação e Exportação⁴⁶, visou também acelerar a fixação de colonos⁴⁷ na região, assim como satisfazer a lógica económica desenhada pelas autoridades coloniais quanto ao fornecimento do açúcar à metrópole.⁴⁸

3.1. Evolução da Situação Financeira

A situação financeira da empresa durante este período, não obstante o ritmo de produção em relação ao período seguinte (Capítulo 3), resultou de vários factores que a acompanharam desde a sua formação. Por um lado, temos os prejuízos que a Maragra ia acumulando de ano para ano decorrentes das dívidas à banca e, por outro, o facto da empresa, desde que começou a laboração em 1969, com excepção de 1971, nunca ter atingido a sua meta máxima cifrada em 60 mil tons/ano. Por isso, estavam subjacentes dois aspectos que caracterizavam financeiramente a Maragra nesta fase: o factor dívida, que gradativamente ia acumulando e a não rentabilidade da empresa causada pelo não retorno dos investimentos aplicados e, sobretudo, pelo facto de não conseguir alcançar as 60 mil tons previamente concebidas como meta.

⁴⁴ Cardoso, 1993: 254

⁴⁵ Cardoso, 1993: 254

⁴⁶ Ver Nota 29

⁴⁷ Cardoso, 1993:252

⁴⁸ “Moçambique-Portugal: ruptura nas conversações”, in *Tempo*, 15/04/79: 18

Na verdade, a Maragra estava em crise desde que nasceu, pois, com um capital inicial de 160 000 contos, já antes de 1973, se encontrava tecnicamente falida devido à gama de prejuízos que havia acumulado, totalizando 222.355 contos, um valor muito superior as suas reservas. Os prejuízos continuaram a subir, atingindo cerca de 480.000 contos, em 1975.⁴⁹ Esse valor foi possível porque ao invés de gerar divisas só acumulou dívidas, enquanto a Maragra só se tornaria rentável se pudesse gerar fundos suficientes, pelo retorno dos seus capitais, que permitissem reinvestimento e crescimento.

O quadro seguinte mostra que assim que a empresa começou a laborar, começou também a acumular prejuízos. E nessas condições, tornava-se extremamente difícil acumular divisas e caso isso acontecesse, parte teria que ser desviado para cobrir a fracção do défice dos prejuízos.

Quadro 2: Evolução dos prejuízos da Maragra

Ano	1969	1970	1971	1972	1973
Em Mil Contos	54.476	40.672	29.515	35.515	57.160

Fonte: *Tempo*, 15/4/79:18

Assim, pelos prejuízos absorvidos a empresa ficava sem dinheiro suficiente e como solução tinha que recorrer aos empréstimos bancários (o BNU, por exemplo), sujeitando-se a enormes juros por pagar.⁵⁰ As 44 mil tons de 1971, foi a única meta alcançada para o período, o que naturalmente, trazia maiores rendimentos, diminuindo assim, a possibilidade de contrair prejuízos. No entanto, para se alcançar as 60 mil tons muito tinha que ser feito e o problema enfrentado pela Maragra era conjuntural e necessitava, evidentemente, de uma reestruturação de raiz. A própria localização da empresa seria o grande e grave problema por se corrigir, pois, a sua localização próximo ao mar tornava seus solos praticamente salinos, comprometendo a qualidade da sua cana. Acima de tudo, a localização da empresa acarretava custos, o que fazia com que “*ela nunca pudesse atingir as taxas de rentabilidade que as outras açucareiras tinham conseguido*”. Com isto, a preparação dos seus terrenos

⁴⁹ A situação de prejuízo crónico da Maragra já tinha sido prevista pelos seus criadores na altura da sua constituição, mas apesar disso, ela foi criada porque se pretendia incrementar o abastecimento do açúcar no “espaço português”. (“Moçambique-Portugal: ruptura nas conversações”, in *Tempo*, 15/04/79:18; veja também “Maragra, crise de produção”, in *Tempo*, 19/10/75: 55, 58-60)

⁵⁰ Só em 1973 pagou cerca de 59.000 contos de juros e, em 1974, mais de 67.000 contos (*Tempo*, 15/04/79: 19) quando os encargos financeiros atingiam 67 mil contos em 1975 (*Tempo*, 19/10/75:56)

implicava gastos, onde “*era necessário gastar 55 contos por ha*”, facto que não acontecia nas outras açucareiras onde o valor por gastar era oito vezes menor que na Maragra.⁵¹

A realidade dos prejuízos com que a Maragra vivia, tornavam-na “*uma empresa irremediavelmente mal concebida*”. E esta situação era agravada ainda mais pelo preço pelo qual Portugal, no tempo colonial, pagava o açúcar de Moçambique “*a preços ruinosos, muito abaixo dos preços praticados no mercado internacional, que em nada ajudaram as finanças das açucareiras*”.⁵² Nesta lógica, Portugal instituiu para si próprio um regime preferencial, fixando em 2\$50 o preço base CIF TEJO ou LEIXÕES, por quilograma de ramas amarelas, alegando a sua qualidade pluricontinental, muito embora o país fosse membro do Conselho Internacional do Açúcar. Este regime de preços continuou a vigorar até o final da campanha 1973/74, com pequenas modificações nos preços do produto.⁵³

4. Maragra nas Vésperas da Independência

Nas vésperas da independência, em 1974, o ambiente funcional e económico da Maragra começava a se deteriorar cada vez mais. Por um lado, assistimos a grande agitação no seio dos proprietários, gestores e técnicos especializados europeus por causa do clima político e, por outro lado, uma grande agitação desencadeada pela massa laboral como resultado do culminar dos problemas que afligiam a Maragra nessa época.

A comunidade colona europeia estava pouco confiante quanto ao novo governo, em relação aos destinos do país e da pequena camada empresarial. Isto porque as decisões económicas do país certamente seriam contrárias àquelas que o Governo colonial havia sustentado e legislado ao longo dos anos. O advento deste cenário terá sido percebido pelos empresários, investidores e a maioria da comunidade colona branca, que mais nada fez se não iniciar um processo de fuga, que veio a se concretizar após a proclamação da independência com os vários decretos-leis promulgados pelo novo Governo da RPM.⁵⁴ Assim, o clima político e económico que se previa para o futuro (da Maragra), conforme observa António, abriram um precedente gravoso, que se concretizou nos anos após a independência, quando maior parte do pessoal qualificado que garantia as operações

⁵¹ *Tempo*, 15/04/79: 19

⁵² *Tempo*, 15/04/79: 18

⁵³ MDPE-CDE, “*Conjuntura Açucareira*”, 1977: 3

⁵⁴ António, 2000: 47

técnicas necessárias abandonou em bloco as operações necessárias para a laboração fabril e do sector.⁵⁵

A agitação que se seguiu foi desencadeada por 4 mil trabalhadores que reivindicavam a sua situação salarial cifrada num aumento de 50 por cento dos vencimentos e de 20 por cento de aumento no subsídio recebido pelos cortadores de cana, em cada dia de trabalho. Essa foi uma greve que só abrangeu o pessoal não sindicalizado e decorreu sem incidentes, no que se refere aos grevistas.⁵⁶

A fuga dos técnicos e gestores, maior parte deles responsáveis pelo funcionamento da Maragra, influenciou decisivamente para a grave crise estrutural, funcional e de produção que a Maragra viveu na fase seguinte.

5. Conclusão

O período colonial assistiu a constituição das principais fábricas de açúcar a operar em Moçambique nas regiões do vale de Zambeze, Búzi (Púnguè) e Incomáti.

As condições criadas na altura contribuíram para o surgimento da Maragra em 1964, através da transformação da Marracuene Agrícola Comercial, Ltda, na Manhiça. Sua formação enquadrou-se na lógica do contexto económico colonial sem respeitar as condições para a instalação da própria fábrica. Praticamente a sua formação visava responder a grande necessidade que à metropole colonial tinha em relação ao fornecimento do açúcar para onde Moçambique exportava quase a totalidade da sua produção.

Contudo, o problema financeiro foi a grande dor-de-cabeça para a Maragra neste período. Por um lado, porque ia contraindo cada vez mais avultadas dívidas à banca e, por outro, porque era obrigada a vender seu açúcar a Portugal colonial a um preço praticamente ruinoso sem margens para acumular convenientemente divisas próprias. Ainda neste período, a produção foi um outro problema porque não se conseguia atingir as 60 mil tons previamente estabelecida como meta a alcançar.

Para agravar os problemas da empresa, próximo da independência verificou-se problemas com os trabalhadores que reivindicavam a sua condição salarial e, mais tarde, a

⁵⁵ António, 2000: 48

⁵⁶ "Na Maragra: 4000 trabalhadores em greve", in *Tempo*, 9/06/74: 7-8

fuga dos técnicos responsáveis pela produção do açúcar, na altura em que a convivência política do país se mostrava confusa e pouco promissora para os seus proprietários.

Problemas da empresa não resolvidos neste período, alastraram-se e intensificaram-se na etapa seguinte quando os responsáveis de gestão, técnicos, funcionários, etc., migraram nas vésperas da independência e contribuíram para cimentar a crise da Maragra. Estes problemas teriam que ser resolvido pelos novos gestores sob o risco de se perpetuarem.

CAPÍTULO 3: CRISE, SOBREVIVÊNCIA E PARALISAÇÃO DA MARAGRA, 1975-1987

1. Contexto Económico e Político, 1975-87

Depois da independência, em 1975, o país experimentou um momento de crise económica, com relativa recuperação no início da década de 80 e nos anos seguintes. Entre 1975-76, assistimos a independência e à crise colonial pós-independência com a desagregação do sistema económico colonial acompanhada da saída maciça de colonos europeus, na qual adoptou uma postura de sabotagem económica com as implicações que isso teve nos principais sectores chaves da economia⁵⁷; entre 1977-81, a ocorrência de mudanças radicais na organização da economia para responder a crise do pós 1975, isto é, adopção de uma política económica ofensiva⁵⁸ e a necessidade estatal em assumir o papel relevante na economia, com a tomada dos principais sectores chave. Entretanto, a partir de 1981, o conflito armado⁵⁹ mais os efeitos das calamidades naturais, afectaram drasticamente a produção.⁶⁰ Em 1983 o desenvolvimento pós independência, tornou-se crítico e o país teve que socorrer-se à ajuda externa para inverter o cenário de declínio.⁶¹ Com o programa económico de 1987, há uma clara redução no crédito cedido as EE deficitárias.⁶²

A nível externo, a situação conjuntural na região austral, no que diz respeito a relação económica entre Moçambique e os regimes racistas da Rodésia do Sul e da África do Sul, em relação a mão-de-obra barata moçambicana e os transportes ferroviários que liga os dois países⁶³, também jogou um papel destacável na crise económica que o país testemunhou.

A desconfiança dos proprietários das açucareiras em relação ao novo regime emergente com a queda da máquina administrativa colonial que sustentava e legislava o

⁵⁷ Wuyts, 1989: 41; Cardoso, 1991: 132-136; Hermele, 1990: 12-13

⁵⁸ Wuyts, 1983: 19

⁵⁹ Hermele, 1990: 12-13; Egero, 1992: 90-91; 103; 106-109; II Sessão da Assembleia Popular, 1987, in *Noticias Edição Especial*; Cardoso, 1993: 154-162, 166-170

⁶⁰ Abrahamsson e Nilsson, 1993: 108; 225. veja também Cardoso, 1993: 132

⁶¹ Wuyts, 1990: 102

⁶² Abreu & Hallam, 1993

⁶³ Egero, 1992: 90-91, 103, 106-109

modus operandi económico⁶⁴ e os decretos aplicados pelo Governo nos anos que se seguiram a independência⁶⁵ contribuiu para que, até início de 1977, os residentes estrangeiros tomassem a decisão de abandonar o país.⁶⁶ Assistiu-se a actos de sabotagem económica e vandalismo generalizado com a fuga de capitais ilegalmente exportados, caos, fuga de técnicos qualificados; destruição de equipamentos e infra-estruturas, abandono de fábricas e machambas, exportação de veículos e maquinarias, abate de gado e queimada de diversos bens, paralisação da produção, etc.⁶⁷ Em resultado, há uma queda acentuada na produção e no crescimento do desemprego; os indicadores tornaram-se sucessivamente negativos; a balança de pagamentos deteriorou-se, e a nível interno, o governo conduziu uma política de défice acumulado e o PIB decresceu para níveis mais baixos.⁶⁸ Os vários sectores da economia (agricultura, indústria, construção, turismo, serviços, etc.) foram afectados com maior implicação para a agricultura sobretudo na zona rural onde houve abandono de farmas e cantinas, consequentemente a queda da rede de comercialização rural.⁶⁹

A crise do sistema reflectiu-se na queda generalizada dos indicadores económicos sectoriais na sua globalidade. A produção bruta da indústria transformadora decaiu (de 15.600 contos em 1973 para 11.800 contos em 1975); a carga bruta manuseada nos portos, quebrou-se em 35% (de 18.000 para 11.800 tons); os investimentos retrocederam como resultado da diminuição do ritmo de criação de novas empresas; a produção nas farmas dos colonos caiu em 54% e no sector familiar a produção para o mercado caiu em cerca de 60%. Então, *“a crise é evidenciada em quebras de 38% na indústria, de 28% nos serviços e de 11% na agricultura. No seu conjunto, o produto material diminui 27%”*.⁷⁰

As empresas ficaram afectadas, o que resultou no decrescimo da produção, no despedimento de trabalhadores e no facto de se drenar capitais para fora do país. Aliás, Wuyts repara que o despedimento em larga escala de trabalhadores e a paragem completa da produção, foram as armas usadas pelos colonos com intuito de causar o máximo de caos

⁶⁴ INA, 1989: 29-30; António, 2000: 47.

⁶⁵ Rita-Ferreira, 1988: 153-56

⁶⁶ Wuyts, 1989: 41

⁶⁷ Wuyts, 1983: 19; 1989: 41; Hanlon, 1984: 72

⁶⁸ Hermele, 1990: 12-13

⁶⁹ Wuyts, 1989: 41. Veja-se também Cardoso, 1993: 132-136

⁷⁰ Cardoso, 1993: 131-136

possível.⁷¹ Segundo Wuyts, nas empresas “a crise de produção tomou a forma de subutilização da capacidade produtiva, quer por causa das frequentes avarias das máquinas ou de falta de matérias-primas ou auxiliares, quer dada a fraca capacidade organizativa do processo de trabalho que leva a níveis de produtividade bastante baixas, ou ainda por causa da fraca disciplina de trabalho”.⁷²

No contexto, a indústria açucareira é seriamente afectada, tendo contribuído a própria política implementada pelo Governo para o sector (a intervenção estatal, fixação ‘administrativa’ do preço do açúcar e a alocação dos magros fundos gerados pelas indústrias açucareiras, que eram destinadas para as finanças públicas, bem como o privilégio pelas metas quantitativas em detrimento de metas qualitativas)⁷³; a falta de moeda externa necessária para importação e renovação do equipamento já desgastado e obsoleto⁷⁴; a eclosão da guerra que teve um impacto, quer directa ou indirectamente, na laboração das empresas açucareiras, e os efeitos calamitosos no início da década de 80 no sul do país.

A persistência dos sucessivos erros influenciou de forma negativa o funcionamento normal da indústria de açúcar. Em resultado, assistimos à queda acentuada da produção global do açúcar e a paralisação de algumas fábricas (Maragra, em 1984⁷⁵ e, SSE e Luabo em 1985⁷⁶). A solução encontrada pelo Governo para fazer face a procura interna e cobrir parte da produção interna, foi importando o açúcar do estrangeiro a partir de 1983 (Quadro 3). Contudo, fortes constrangimentos em divisas externas ditaram a incapacidade do país de importar o açúcar comercialmente.⁷⁷

⁷¹ Wuyts, 1989: 41

⁷² Wuyts, 1983: 20-23

⁷³ Para preços administrados, veja-se por exemplo, INA (1989: 32-34) e Gode (1997:1-6) e para alocação dos fundos gerada pelas empresas estatais, veja-se Cardoso (1993: 104-108).

⁷⁴ As empresas moçambicanas dispunham dum baixo nível de capital próprio, razão pela qual depois de 1975 muitas tiveram de recorrer aos bancos para obter parte dos fundos para financiar o processo produtivo e de articulação dos bens, sobretudo, cobrir a diferença nas necessidades (Ratilal, 1999: 105)

⁷⁵ A Maragra paralisa por razões técnicas e não pela acção directa da guerra que dizimou grande parte de infra-estruturas açucareiras. (Cf. Cardoso, 1993. Veja também *Noticias*, 20/03/85:2).

⁷⁶ Paralisação destas deveu-se a acção da guerra (Quembo, 2004: 13-14)

⁷⁷ Gode, 1997: 7

Quadro 3: Importação e Exportação do Açúcar em Moçambique (mil tons), 1975-86

Ano	Exportação (tons)	Importação (tons)
1975	113,3	0
1976	78,3	0
1977	43,2	0
1978	24,9	0
1979	67,4	0
1980	64,0	0
1981	61,8	0
1982	28,5	0
1983	16,4	57,6
1984	16,4	66,5
1985	16,8	38,6
1986	19,4	59,6

Fonte: Cardoso, 1993:256

Pelo quadro é possível constatar que desde 1975 até sensivelmente 1982, o país era auto-suficiente, em termos de produção do açúcar, não necessitando de importar o açúcar do estrangeiro para satisfazer as necessidades domésticas. Mas a partir do ano seguinte (1983) o nível de importação cresceu, e declinou assim, a capacidade de exportar.

A queda da produção, aliado ao custo unitário de produção acima do preço, a má organização do processo de trabalho, aos encargos gerais das empresas, etc., tornou as empresas praticamente deficitárias. E o facto de não disporem de capitais próprios, obrigando o Estado a financia-los,⁷⁸ através da banca numa primeira fase, e a conceder um subsídio com vista a solucionar as necessidades básicas. Numa fase posterior, a indústria açucareira recebeu assistência de organismos estrangeiros, como por exemplo, do Banco Mundial e da Overseas Development Administrations (ODA), no valor que ascende os USD 14 milhões, para compra de equipamento e material diverso.⁷⁹

2. Intervenção Estatal e suas Consequências, 1977

Esta manifestou-se em resultado dos problemas que afectaram a indústria açucareira moçambicana nos anos subsequentes a 1975 (ponto 3.1), levando-às a uma crise funcional que se agudizou nos anos seguintes. O Governador da RPM foi obrigado a tomar controlo das

⁷⁸ Ratilal, 1999: 105

⁷⁹ Gode, 1997: 6

empresas consideradas sabotadas, em conformidade com o Decreto-Lei nº 16/75 de 13 de Fevereiro.⁸⁰ Com base neste Decreto, tomou a Maragra em 25 de Fevereiro de 1977, justificando que os proprietários não mostravam interesse em assegurar a gestão da empresa nas condições pretendidas, como por exemplo, continuar a investir, realizar os trabalhos de manutenção de diques, reparar estradas e replantar o canavial⁸¹; por outro lado, esta decisão ministerial deveu-se ao “abandono” pelos proprietários que a empresa era vítima, no contexto da euforia da “Revolução”;⁸² A necessidade de formação de um parque industrial, no seio da classe dirigente, deve ter pesado muita nesta decisão de intervenção.

No momento da intervenção da Maragra “*todo o seu canavial estava deteriorado*” por causa de “*cheias consecutivas*”, permanecendo o resto “*constituído por cana velha, quase toda com mais de cinco cortes*”. Por outro lado, as suas infra-estruturas como “*os diques de protecção, o sistema de regadio, drenagem e o equipamento agrícola estavam em péssimas condições*”⁸³, impossibilitadas de oferecer condições favoráveis para se trabalhar. E ainda, logo em 1975, a fábrica apresentou parte da sua maquinaria inoperacional até Março de 1978, com várias partes da sua maquinaria desmontada.⁸⁴ Na mesma lógica, outras companhias foram intervencionadas. A SSE, Ltda foi tomada no dia 10 de Agosto de 1978, quando a produção decaiu para níveis baixos, e contraiu dívidas junto ao Banco de Moçambique e crédito estrangeiro⁸⁵; a Companhia do Búzi, S.A.R.L. no dia 20 de Novembro de 1978; a Açucareira de Moçambique, embora sujeita a um estatuto de intervencionada, encontrava-se numa situação jurídica confusa e a Sociedade Agrícola do Incomáti, SARL, permaneceu privada.⁸⁶

Com as intervenções das empresas consideradas “sabotadas” e abandonadas, o Estado procurou assegurar a continuidade de produção das mesmas e evitar o desemprego da sua grande massa que lá trabalhava. Isso, *per si*, não as livrou de implicações que se revelaram fatais para o próprio sector, porque, por um lado “*travaram as manobras*

⁸⁰ INA 1989: 30; veja também Wuyts, 1983: 20; Hanlon, 1994: 76; Rita-Ferreira, 1988: 153

⁸¹ Cardoso, 1993: 254; INA, 1989: 10, 30

⁸² L. M. Entrevistado em 30/11/05

⁸³ “Maragra Assinala Fim da Campanha Açucareira”, in *Tempo*, 30/12/79: 4

⁸⁴ Tomé, B. “Emulação socialista nas açucareiras”, in *Tempo*, 28/10/78” 28

⁸⁵ Hanlon, 1984: 76

⁸⁶ INA 1989: 10; 30

'conscientes' e metódicas de encaminhar o sector a falência e, por outro, não conseguiu inverter a marcha de degradação das empresas".⁸⁷

A intervenção estatal reflectiu-se i) na organização e gestão das próprias empresas, porque grande parte do elenco administrativo que abandonou, era composto por trabalhadores especializados e semi-especializados, enquanto que a que ficou, era em grande número não especializada e sem experiência na gestão e manuseamento do equipamento, facto que, "abriu brecha no tecido estrutural organizativo e funcional das empresas"; ii) agravando assim, a capacidade de reinvestimento nas empresas coadjuvadas com as dificuldades cambiais e com a má política de repartição dos fundos que o sector criava para minimizar as carências de divisas, que de certa forma, iria ajudar a repor o equipamento necessário e iii) a grande deficiência existente na articulação dos sectores tutelares, especificamente o agrícola e o industrial.⁸⁸

3. Situação Financeira, 1975-1985/87

Os aspectos do período anterior (1969-1974), como por exemplo, os prejuízos decorrentes da dívida à banca e a fraca produção da Maragra, permaneciam inalterados e os gestores e responsáveis pela empresa não souberam emendar, transportando-os para os anos seguintes.

Durante este período (1975-87), por exemplo, a questão da dívida continuou a agravar-se cada vez mais; agravou-se ainda mais a incapacidade de exploração da totalidade da capacidade de produção instalada por tons/ano e o tipo de gestão (gestão centralizadora) adoptada depois de 1977, comprometia financeiramente a Maragra por ser incapaz de canalizar meios financeiros na dinamização de produção da empresa.

A situação financeira da Maragra continuou a degradar-se cada vez mais. O desinvestimento na empresa, a dívida contraída por aquela empresa, a capacidade do funcionamento e o tipo de política aplicada - para o sector açucareiro no geral - levou a que a situação financeira culminasse em crise.

⁸⁷ INA, 1989: 30

⁸⁸ INA 1989: 31

3.1. Desinvestimento, Dívida e Financiamentos

Desinvestimento na Maragra iniciou com a fuga do pessoal de gestão e proprietários no contexto da saída massiva de colonos europeus nos anos próximo da independência e seguintes. A paralisação dos investimentos e o financiamento neste período condicionou muito a evolução de produção agro-industrial nos anos seguintes.

Neste período, contribuiu muito para o desinvestimento sistemático da Maragra, (i) a fuga de capitais essenciais para o sector - praticada pelos antigos proprietários aquando da saída massiva de colonos europeus com a queda da estrutura colonial responsável pelo *modus operandi* económico e político, que eventualmente condicionou a evolução da produção agro-industrial⁸⁹; (ii) incapacidade do sector realizar investimentos próprios, quer por falta da capacidade financeira, como dificuldades cambiais, quer pela ausência de um plano de desenvolvimento, isto é, política de repartição dos fundos, ou por outra, a consignação de “plafonds” de divisas que o sector criava, que devia ser aplicado por alturas de 1975,⁹⁰; (iii) questões tutelar em relação ao sector que também insidiu negativamente na aplicação correcta dos investimentos, pois, quando o tutor era o Ministério da Indústria, os “plafonds” alocados ao sector incidiam em “pequenos” investimentos à indústria, criando a situação de desarmonia porque a agricultura não se beneficiava de nada⁹¹ e, por fim, (iv) o facto do Estado privilegiar problemas imediatos das campanhas açucareiras, relegando a questão dos investimentos para o segundo plano.

Para além do processo de desinvestimento verificado logo em 1975, o ocorrido entre 1981-82, reflectiu-se na Maragra com paralisações continuadas e no equipamento de transporte e carregamentos.⁹² O investimento necessário para uma Maragra repleta de problemas financeiros mostrou-se insuficiente e débil, porque as questões por resolver ainda permaneciam e as dificuldades por vencer eram tantas. Por essa razão, quando se tornou claro que o fundo cambial não dispunha de recursos suficientes para financiar investimento do açúcar, o sector iniciou uma campanha de captação de recursos externos junto de parceiros estrangeiros. Estabeleceu, também, contactos bilaterais de âmbito

⁸⁹ Vide INA, 1989: 29-30, 32, 35; Cardoso, 1993: 254; António (2000: 47-48 citando INA, “Relatório da Situação Actual da Produção Açucareira e suas Perspectivas”, Vol. I, Maputo, 1986: 9) refere que desde 1970 as empresas açucareiras faziam pouco investimento de reposição.

⁹⁰ INA, 1989: 31, 35 veja também Cap. 3, ponto 2

⁹¹ INA, 1989: 31-32, 35

⁹² Cardoso, 1993: 255

empresarial e de cooperação inter-governamental com outros países vinculados ao açúcar. Com Cuba, a relação insidiu na formação de quadros e técnicos de produção; com a Inglaterra, país não produtor mas que se faz representar pelas suas firmas, o acordo firmado incidu nos apoios financeiros para a reabilitação do sector e com a África do Sul o domínio estendeu-se a consultoria e investigação.⁹³

A evolução da dívida perante os credores fez-se acompanhar em paralelo com o evoluir da produção, obsolescência da maquinaria e stock⁹⁴, crescendo de ano para ano, segundo o evoluir das dificuldades, condicionando o futuro investimento, mais tarde convertido em subsídio para custo de produção.

Analisando o quadro seguinte, constatamos que as dívidas contraídas pela Maragra, com capitais e juros, eram maiores que suas receitas globais. Ou seja, com um nível de receitas (RT) bastante magro em relação as despesas por efectuar (DT), e o facto de ter que alocar parte das suas receitas às finanças públicas⁹⁵, associado aos encargos de produção por custear, tornava difícil, se não impossível, a Maragra saldar suas dívidas.

Quadro 4: Maragra, dados financeiros, 1983-1986 (em mil milhões Mts)

ANO	Despesas Totais	Receitas Totais	Crédito Utilizado	Dívida Acumulada
1983	539918	88927	450991	3652689
1984	362251	84008	2788243	3971528
1985	376736	84316	292420	NC
1986	330504	85799	244705	NC

Obs: NC = dados não conhecidos

Fonte: Cardoso, 1993: 210

Conforme mostramos, a situação da dívida da empresa não parava de crescer de ano para ano, mesmo que fosse injectado o crédito suficiente para o respectivo ano. A esperança de recuperação da empresa a curto e médio prazo⁹⁶ ajuda a compreender por que razão a Maragra continuou a contrair dívidas à banca e, à luz da política socialista, por que o Estado continuava a injectar dinheiro.

⁹³ INA, 1989: 36

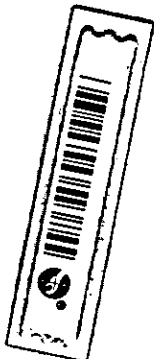
⁹⁴ Cardoso, 1993: 255

⁹⁵ Caste-Branco, 1994: 108

⁹⁶ Veja Cardoso, 1993: 260

A falta de investimentos necessários mais a dívida contraída, associada à queda de produção - que podia garantir receitas -, custo de produção e os encargos gerais da própria empresa, tornaram a Maragra praticamente deficitária. E toda a empresa que fosse estatal e estratégica no estado de deficiência financeira, operavam com o Banco de Moçambique para beneficiarem-se de crédito para cobrir a diferença contabilística.⁹⁷ Esta situação, evidenciando a falência técnica, colocava a empresa numa posição difícil.

Como responsabilidade do patronato, o Estado moçambicano, teve que financiar parte das suas despesas consubstanciada naquilo que seriam os motivos para manter em funcionamento todas as empresas falidas, que é, naturalmente, mante-las em funcionamento e evitar o desemprego maciço. Por outro lado, a posição estatal nas açucareiras era justificada pelas seguintes razões: *tecnológica* por considerar que o não investimento imediato no corte da cana originaria o seu envelhecimento por tempo prolongado e obrigaria, mais tarde, elevados custos de reinvestimentos em divisas; *comercial* devido a sua expectativa em ganhos de divisas pelas suas quotas no mercado norte americano à preços preferenciais, superiores aos do mercado interno; *social* pelo número dos trabalhadores que empregava (35-40 mil trabalhadores mais agregado) e afectava nas áreas de sua acção e a *expectativa* do melhoramento da situação político-militar e económico geral do país que evitaria encerramento das açucareiras e o despedimento dos seus trabalhadores.⁹⁸



A partir de 1983, tornou-se claro que a situação das empresas agrárias deficitárias era crítica e a Maragra não constituía excepção, sendo, por isso, toda a ajuda importante e necessária. Esta posição foi tomada em relação à Maragra porque apercebeu-se que seria impossível, pelo menos a curto e médio prazo, custear suas próprias despesas, pois, pelo nível de receitas captadas para uma imensidão de necessidades, a receita era ínfima. De 1983 a 1984, o crédito concedido cresceu consideravelmente em alusão as despesas que precisava de cobrir face a magra recitada não superior a 90 mil contos contra 540 e 360 mil de despesas totais por efectuar (Quadro 4). Todavia, a partir de 1985, notou-se um decréscimo no crédito concedido à Maragra (CU) que pode ser explicada pela paralisação

⁹⁷ Castel-Branco, 1994: 107-108

⁹⁸ Cardoso, 1993: 256-261

de actividade da mesma para onde não fazia sentido canalizar muita assistência quando não há produção.

O fraco volume de crédito concedido no biénio 85/86 (não mais que 300 mil) só permitiu a Maragra cobrir suas obrigações em 9%, onde incluíam-se encargos em salários para trabalhadores e apoios logístico para a defesa.⁹⁹ As receitas conseguidas neste período foi graças ao aproveitamento da cana que ainda existia nos campos e das várias outras actividades que realizava. Em 1987, quando o Estado tira os subsídios dos custos de produção significou para a Maragra um fim anunciado, quando aliado a isso não cultivou mais cana oficialmente.

3.2. Política de Preços e Custos de produção

A decisão de fixar os preços a nível central do governo contribuiu para a não sobrevivência das empresas em termos de receitas próprias, porque estas não puderam gerar e acumular lucros.

De acordo com INA, esta política agravou as dificuldades financeiras das empresas açucareiras¹⁰⁰ que careciam de fundos para poder substituir todo equipamento antigo e introduzir novas tecnologias e obter seu próprio rendimento. Neste contexto, o estado preocupado com o bem estar da maioria da população e por considerar o açúcar como um produto estratégico para o abastecimento, adoptou uma política de preço social¹⁰¹, sem tomar em consideração os custos e as margens de rentabilidade para as açucareiras.

O tratamento comercial "social" e o respectivo preço, foi definido segundo a capacidade de aquisição do povo e por essa razão, o preço estabelecido encontrava-se abaixo dos custos de produção só para beneficiar o consumidor. A fixação não respeitava, na base de cálculo, os custos de produção, praticamente não se importando com real preço que o quilograma de açúcar pudesse custar no mercado doméstico. Este fenómeno é ilustrado no quadro que se segue onde mostramos a correlação de preços e custos de produção.

⁹⁹ Relatório à XI Reunião Geral dos Trabalhadores, 1986: 10

¹⁰⁰ INA, 2000: 2

¹⁰¹ "Alguns produtos têm novos preços", in *Tempo*, 22/06/80: 6

Quadro 5: Preços e custos de produção de açúcar em Moçambique (Mts/Kg)

	Preços Internacionais		Preços Internos	Custo de Prod.
	Preferencial	Mercado Livre		
1983	13,7	8,6	10,6	23,3
1984	14,9	14,9	10,6	24,2
1985	19,4	9,7	10,6	25,6
1986	16,1	8,1	10,6	72,6

Obs: Os preços internacionais são expressos em USD\$

Fonte: Cardoso, 1993: 258

O preço instaurado no mercado doméstico mantém-se inalterado quando o custo unitário de produção vai aumentando ao longo dos anos. Praticamente a diferença existente entre as duas componentes (preço e custo) é de pouco mais da metade, com agravamento de sete vezes mais para o ano de 1986. Conforme António, esta responsabilidade era incubida ao produtor e o Estado não imputava esta diferença ao produtor¹⁰², o que significa que a responsabilidade da diferença dizia respeito ao produtor porque a preocupação do Estado era garantir que o povo tivesse acesso ao produto. Os custos para produzir no mercado doméstico eram enormes e durante muito tempo imutáveis. Compensativamente, só o mercado internacional oferecia “bons preços (...) beneficiando de ‘quotas’ preferenciais do mercado americano onde dirigia a totalidade das exportações”.¹⁰³ Neste país, Moçambique possuía uma quota preferencial de 1,3% do total das suas importações.¹⁰⁴

Com esta política de preços administrados pelo governo, entre outros elementos, tirou das açucareiras a sua fonte de captação de divisas para posteriores investimentos e modernização do sector. No contexto desta política, a Maragra ficava prejudicada porque teria de obedecer esta decisão, até certo ponto, imposta, uma vez que ela funcionava segundo as normas do Estado moçambicano, mesmo que isso significasse uma morte anunciada nas suas finanças a médio prazo. Simultaneamente, estes preços que não ajudavam a equilibrar a balança cambial da empresa, contribuía para agravar os custos de produção, acompanhando a sua evolução deficitária.

¹⁰² António, 2000: 54

¹⁰³ INA, 1989: 33

¹⁰⁴ INA, 2000: 3

Contudo, a partir do IV Congresso, em Abril de 1983, o Governo orientou sua atenção no sentido de preparar um programa para corrigir a situação prevalecente com uma política de preços mais realista que reflectisse os custos.¹⁰⁵ Esta política tão pouco olhou a situação do açúcar que continuou com preços críticos quando aumentava consideravelmente os custos de produção.

A partir de 1987, com adopção do PRE, os preços começaram a ser fixados com base num critério mais racional¹⁰⁶, obedecendo a componente custo unitário de produção das respectivas açucareiras.

4. Crise, Sobrevivência e Paralisação da Maragra, 1984-1987

Como sinal sintomático da crise, de 1975 até 1984, as dificuldades financeiras, técnicas e de produção registadas na Maragra, testemunharam a crise vivida pela empresa.

A nível financeiro a empresa assistiu a crescente endividamento, verificado mesmo antes de 1975, com cifras muito superiores; testemunhou o desinvestimento sistemático de capitais praticado pelos seus proprietários coloniais; foi, no princípio dos anos 80, vitimada com o agravamento de desinvestimento que se traduziu em "*paralisações continuadas e intermitentes na maquinaria industrial da fábrica e no equipamento de transporte e carregamento*"¹⁰⁷, e ainda, pela incapacidade que o Governo apresentava para investir no sector bem como a não disponibilização dos recursos suficientes para financiar investimentos de açúcar, associada as fracas receitas que a empresa não conseguiu tirar da sua produção.

No campo técnico, o estado de deterioração progressiva do equipamento da fábrica jogou um papel importante para perpetuar a crise da Maragra e acabou por influenciar a produção da empresa com cifras muito baixas com consequências para o stock da empresa (Quadro 6). O estado da maquinaria levou à interrupção da campanha de produção, agravada por falta de reparação anual, aliado às dificuldades económicas que se atravessava. Por outro lado, a obsolência da maquinaria levou a paralisações constantes

¹⁰⁵ BM, 1986: 14

¹⁰⁶ INA, 1989: 33

¹⁰⁷ Cardoso, 1993: 255

durante a campanha de 1984 e comprometeu a eficiência dos planos estabelecidos para as campanhas daquele ano, cumprindo só 20% do plano de produção.¹⁰⁸

A problemática da produção da empresa entre 1975-84, encontra maior parte da sua explicação nas razões acima mencionadas, nomeadamente razões de ordem técnica e financeira, pois é difícil, se não impossível, dissociar a baixa de produção com estes factores. De 1984 até 1987, a produção da cana na empresa registou cifras que não permitiram bons resultados para satisfazer as demais necessidades da empresa. Tomando como exemplo os anos de 1982, 1983 e 1984, constatamos que o volume de cana produzido não gerou a quantidade de açúcar equivalente. Ou seja, deveria gerar 15, 10 e 4 tons ao invés de 12.5, 7.5 e 2.7 mil tons, respectivamente (Quadro 6), se tomarmos em consideração que, por exemplo, uma colheita normal de 10 tons de cana gera 1 ton de açúcar.

Quadro 6: Maragra, produção da empresa, 1970-1987

Ano	Área cortada (ha)	Produção da cana (tons.)	Açúcar (tons.)
1975	2.613,5	119.176	12.205
1976	4.800,9	227.085	23.037
1977	2.726,5	102.518	10.145
1978	4.780,3	184.999	19.091
1979	4.966,4	191.207	19.629
1980	4.406,1	222.072	22.774
1981	3.250,5	166.105	16.152
1982	2.330,9	153.844	12.516
1983	2.532,7	109.162	7.503
1984	809,2	49.366	2.785

Fonte: Adaptado, INA (1989: 12-13); Cardoso (1993: 253)

Para além destas razões que resultaram na baixa produtividade da empresa no ano de 1984/85, o conflito armado que deflagrou em Moçambique, exerceu um considerável impacto no ambiente económico e produtivo da empresa durante o período em análise. A guerra que se fizera sentir na Manhiça a partir do princípio de 1984, originou transformações no funcionamento da empresa pois, insidiu na estrutura de produção;

¹⁰⁸ "Devido ao estado técnico de equipamento, açucareira da Maragra não terá campanha de produção", in *Noticias*, 20/3/85: 2

agravou os custos da empresa, uma vez que foram obrigados a efectuar despesas para sua própria defesa e segurança; aumentou a instabilidade no seio dos trabalhadores e complicou o fluxo de transporte e comercialização¹⁰⁹ na região. A influência se fizera sentir de forma indirecta e não afectou de forma directa a infra-estrutura da fábrica da Maragra, de maneiras que, esta permaneceu intacta por causa da própria força de segurança.

Assim, o culminar dos aspectos críticos acima apontados, mergulhou a Maragra numa crise sem precedentes que conduziu a mesma a interromper sua actividade na produção de açúcar, em 1984¹¹⁰, quando esta não registou uma produção superior a 2.7 mil tons. Neste ano, a fábrica encontrava-se em situação de total inoperância¹¹¹ com graves avarias na sua maquinaria, há muito fragilizada e obsoleta, ao mesmo tempo que começava a observar-se sinais preocupantes com a sua força de trabalho.

A inoperacionalidade da fábrica, sem perspectivas de recuperação imediata¹¹², conduziu os dirigentes e as autoridades competentes (Direcção da Maragra, INA e MA) a autorizarem para que se procedesse a desmontagem de algum equipamento (evapordores e uma ponte rolante) para a fábrica de Incomáti com vista a garantir a produção de açúcar no país. Com isto, a Maragra garantiria o dinheiro que seria usado pela Incomáti na compra das respectivas peças.¹¹³ Esta situação incomodava grande parte dos trabalhadores que viam sua situação a não melhorar, levando um número considerável a abandonar seus postos de trabalho e procurarem melhores condições na cidade de Maputo. Assim, dos 5.869 funcionários que a empresa possuía no início de 1985, entre especializados e não-especializados, passou a possuir nos meados de 1986, 3.560. Abandonaram por vários motivos 2.309 dos quais 300 funcionários especializados e 2.009 não-especializados.¹¹⁴ Obviamente que estes motivos alargam-se a esfera económica, uma vez que os seus salários ou não eram pagos ou eram pagos com relativo atraso. Nas piores alturas poderiam ficar até sete ou mais meses sem salário.¹¹⁵ Todavia, as admissões efectuadas na empresa¹¹⁶, não



¹⁰⁹ Cardoso, 1993: 247

¹¹⁰ INA, 2000: 2: "Devido ao estado técnico de equipamento...", in *Noticias*, 20/3/85: 2

¹¹¹ Relatório à XI RGT, 1986: 8

¹¹² Esta é a conclusão a que chegou a equipa que até então estava a efectuar os estudos de peritagem sem resultados concretos.

¹¹³ Relatório à XI RGT, 1986: 8-9

¹¹⁴ Relatório à XI RGT, 1986: 7-8

¹¹⁵ C. A. C., entrevistado em 16/09/06

¹¹⁶ Foram admitidos 997 funcionários dos quais 980 do total era não especializados contra 17 especializados.

responderam as deserções, nem tão pouco melhorou a situação em que a empresa se encontrava, embora existissem pequenos projectos alternativos que visavam garantir a retenção da mão-de-obra. A questão alimentar para os trabalhadores da empresa, foi um outro factor que preocupava os dirigentes da empresa.

A empresa procurou implementar medidas concretas na esfera económica, administrativa e de produção, que passava por implementar, diversificar e desenvolver actividades que ajudassem a garantir a sobrevivência do seu pessoal e da empresa, na esperança de uma futura recuperação a curto ou médio prazo. Para o corpo de funcionários, o auto-sustento seria garantido com ajuda do sector familiar que se responsabilizava na produção de alimentos e, para a empresa, o cenário de inoperacionalidade tornava as coisas mais complicadas do que já estavam, envidou esforços no sentido de preservar a fábrica. Era, portanto, por intermédio desta que os trabalhadores recebiam sementes para fazer a devida produção. As medidas implementadas tiveram mais relevância no momento pós paralisação, isto é, pouco depois de 1984 em diante - neste caso até 1987, pois, representa o período limite de estudo do nosso trabalho. Porém, estes programas de auto-sustento foram para além deste data.

Neste contexto, os esforços concentraram-se no desenvolvimento de culturas e actividades diversas especificamente na produção de cereais (arroz, milho, etc.), hortofrutícolas (banana, tomate, cebola, verduras, etc.), plantio de pomares de fruta, criação de animais de grande e pequeno porte (suino, caprino, bovino)¹¹⁷, desenvolvimento de actividades comerciais (venda de cana para consumo e fabricação de bebidas, venda de sucatas), piscicultura, avicultura, criação de abelhas, projectos de reflorescimento e expansão rural, etc.,¹¹⁸ prestação de serviços à comunidade da vila da Manhiça em diversas áreas, concessão de pequenos créditos para o desenvolvimento de actividades particulares e concessão de terras a privados e a camponeses¹¹⁹ para que estes pudessem desenvolver suas actividades agrícolas.

A produção de alimentos em grande escala e o abastecimento de produtos alimentares de primeira necessidade, era feita pela própria empresa com a participação dos familiares dos trabalhadores e, a de pequena escala, pelo sector familiar que se

¹¹⁷ O principal protocolo de acordo foi assinado entre a Maraga e a Gapecom (Cardoso, 1993: 326)

¹¹⁸ INA, 1989: 29

¹¹⁹ "Com distribuição de terras, Maraga incentiva produção familiar", in *Noticias*, 26/06/86: 2

responsabilizava pela produção de alimento dos próprios trabalhadores.¹²⁰ Neste contexto, a empresa procurou distribuir terras como forma de incentivar a produção familiar, que se responsabilizava pela produção alimentar dos trabalhadores. Assim, a Maragra distribuiu parte de suas terras e meios materiais agrícolas aos trabalhadores e a população local, que ascendia os 900 ha.¹²¹ Em relação a distribuição de terras tem-se a considerar que, era uma maneira de torna-las úteis de modo a ajudar a suplementação de produtos alimentares de primeira necessidade, reduzir a fome e enriquecer a dieta alimentar. Assim, o sector familiar recebeu “2 tons de semente de milho, que coube a 160 famílias, 1.4 de amendoim que coube a 280 famílias, 1.1 tons de semente de feijão que foi vendida a 220 famílias e 1374 socas de banana distribuídas a 163 famílias”. Desta produção, com base na semente distribuída, “conseguiu-se arrecadar 2 tons de milho, 2 tons de feijão e 1 ton de amendoim e cerca de 50 tons de abóboras”.¹²² Estes resultados eram muito inferiores tendo em conta a necessidade dos trabalhadores e da própria empresa que não conseguia obter excedentes para a venda. A fraca exploração de terras concedida pela empresa ajuda a entender esta situação. Por exemplo, “dos 924 ha distribuídos a 2.005 famílias, só 196 ha estavam lavrados”.¹²³ Do terreno distribuído, destacam-se cerca de 200 ha que foram utilizados para a produção de hortícolas, banana, mandioca, milho, etc.¹²⁴ Este vínculo estabelecido com o sector familiar enquadrava-se dentro das relações comerciais da empresa com diferentes órgãos. Para os outros produtos, a empresa conseguiu as seguintes cifras conforme indica o quadro seguinte.

¹²⁰ Relatório à XI RGT, 1986: 11

¹²¹ Para além de se beneficiarem de terras e maquinaria agrícola, a Maragra disponibilizava seus técnicos agrários e garantia a chegada e distribuição das sementes (“Com distribuição de terras...”, *Notícias*, 26/06/86: 2; Cardoso, 1993: 325)

¹²² Relatório à XI RGT, 1986: 12

¹²³ Relatório à XI RGT, 1986: 12

¹²⁴ “Com distribuição de terras...”, in *Notícias*, 26/06/86: 2

Quadro 7: Produção alimentar da Maragra

Produtos	Total (Kg)
Banana	31, 083
Batata-doce	2868
Mandioca	10872
Hortícolas	21327
Batata-comum	14655

Fonte: Relatório à XI RGT, 1986: 14

Em termos de comercialização, desenvolveram-se relações comerciais junto das estruturas distritais e dos privados. Estas relações, comerciais, desenvolveram-se principalmente com com empresas (circundantes), com agricultores familiares, com pequenos criadores de gado e com pescadores artesanais.

Com as empresas, a relação comercial era diminuta, estando estas interessadas no aluguer da maquinaria da empresa (em estado crítico) ou na compra do açúcar dentro das quotas próprias da Maragra.¹²⁵ A relação estabelecida com os agricultores atrás referida tinha como objectivo base a produção alimentar, dentro do desenvolvimento das demais relações comerciais da empresa. Com os pequenos criadores de Gado, a Maragra assinou um protocolo de acordo com a Gapecom com responsabilidades mútuas entre as partes. Dentro destas relações obteve “194 bovinos, 595 caprinos e 130 suínos” posteriormente usados para os diversos fins incluindo para a venda aos trabalhadores.¹²⁶ No início de 1985, a empresa inicia a comercialização da cana-de-açúcar, como fruta, nos mercados da cidade do Maputo, com o intermédio da Hortofrutícolas, empresa estatal de comercialização de frutas e produtos hortícolas de Maputo.¹²⁷ Na venda da cana que ainda existia nos seus campos, conseguiu obter receitas através do aprovisionamento para venda a população residente nos bairros da Maragra, Manhiça e partes da província de Maputo. Só a venda da cana permitiu arrecadar 1.456 contos e em contra partida, gastou-se nesse processo cerca de

¹²⁵ Cardoso, 1993: 325

¹²⁶ Cardoso, 1993: 326; Relatório à XI RGT, 1986: 14

¹²⁷ Cardoso, 1993: 330-331

363 contos, sem incluir despesas de corte e carregamento.¹²⁸ Com os privados, acordou-se que 50 por cento da sua produção seria vendida exclusivamente a Maragra.¹²⁹

Os grandes projectos da empresa visavam cumprir com as orientações da própria sustentabilidade, contribuindo para a retenção da mão-de-obra face a progressiva deserção, e abastecer os trabalhadores e as populações circunvizinhas. Um deles era o desenvolvimento do projecto de produção de cereais em que se pretendia alocar 100 ha de terras da empresa para a introdução da cultura de arroz.¹³⁰ Os resultados obtidos na campanha 86/87, criava na empresa, a ambição de expandir a produção para grandes projectos. Igualmente a instalação de uma 2ª linha de destilação, fazia parte da realização dos pequenos projectos alternativos que visavam alternar o sistema económico da empresa cuja actividade principal se encontrava paralisada desde 1984 por causa da excessiva degradação da sua maquinaria. Com a instalação desta unidade a empresa passou a dispor de uma capacidade de 300 litros de álcool.¹³¹

Ainda, dentro dos esforços de sobrevivência da empresa, a Maragra e a fábrica de Xinavane, envidaram esforços no sentido de possibilitar o escoamento da cana da Maragra para a SAI com ajuda de sua frota de camiões. Embora a frota da Maragra fosse de 6 camiões, 6 tractores, carregadores, 19 reboques e 23 atrelados¹³², o seu sucesso no transporte da quantidade pretendida ficava comprometido em virtude das constantes avarias e reparações a que estavam sujeitas: os camiões passavam mais tempo nas oficinas que a trabalhar, "*os tractores deram entrada nas oficinas 80 vezes, as carregadoras 109 e os camiões, 79 vezes*".¹³³ Com este cenário, era evidente a deficiente rede de transporte de que a empresa dispunha que não conseguia responder as necessidades.

Contudo, os esforços envidados pela empresa tinham como objectivo garantir o sucesso na produção e no abastecimento de alimentação a empresa e aquisição de ganhos extras. Apesar de algum sucesso nesse sentido, a insuficiência na produção e distribuição era enorme. A situação de esgotamento da capacidade da empresa e dos trabalhadores pode ser considerado um factor preponderante.

¹²⁸ Relatório à XI RGT, 1986: 11

¹²⁹ "Com distribuição de terras, Maragra incentiva...", in *Notícias*, 26/06/86: 2

¹³⁰ "Com distribuição de terras...", *Notícias*, 26/06/86: 2

¹³¹ "Maragra vai aumentar produção de bebidas", in *Notícias*, 8/12/88: 3

¹³² Relatório à XI RGT, 1986: 4-7

¹³³ Relatório à XI RGT, 1986: 6-7

CONCLUSÃO

A fábrica da Maragra foi assolada por uma crise contínua em momentos distintos com sintomas e manifestações também diferentes, no período colonial e no pós independência.

No período colonial, a lógica da época ditou as regras para o surgimento e instalação da Maragra, visando responder os interesses de Portugal quanto ao fornecimento do açúcar. Dois aspectos marcaram profundamente a fábrica: por um lado, a dívida contraída pela empresa junto aos credores e a evolução da produção, que não atingiu as metas pré-estabelecidas. As dívidas da empresa cresceram desde que a fábrica foi montada, com avultadas quantias ao longo da sua evolução e pouco esforço foi feito para corrigir esta situação. As mesmas eram contraídas para ver se se conseguia cobrir os custos de produção (por exemplo, dos solos salinos). Decorrente de aspectos técnicos, a produção foi comprometida e, por outro lado, o clima económico-político próximo da independência afectou negativamente a empresa, na medida em que contribuiu para a fuga de quadros especializados, afectando o esquema de trabalho e produção da empresa, e mesmo, distorcendo a situação económica.

O contexto económico e político entre 1975-87 foi crítico para a Maragra e as sequelas do período colonial continuaram. A fuga de quadros contribuiu para deixar a fábrica num estado deplorável, o que naturalmente conduziu à sua intervenção pelo Estado (1977). A intervenção longe de ser uma medida correctiva, agravou consideravelmente os problemas internos da empresa. Não conseguiu inverter a queda da produção, não canalizou esforços prioritários para a empresa (investimentos) e adoptou uma postura confusa para o sector em geral. A intervenção só serviu para manter a empresa nas mãos do Estado e impedir seu encerramento para que seus funcionários não fossem para o desemprego, mas noutro prisma, não assegurou investimentos necessários e nem deu espaços para o sector evoluir por si.

A situação financeira da empresa foi fatal para a crise. Ou seja, a falta de divisas necessária resultante do desinvestimento, a questão da dívida e dos fracos financiamentos por parte do Estado e a política de preços fixos, acompanharam pela negativa a situação financeira da empresa. A banca estatal mostrou-se a única alternativa financeira para o processo de produção e as dívidas contraídas pela empresa, mesmo avultadas, continuaram

a ser permitidas. Os preços instaurados pela autoridade central "mataram" bastante as finanças da fábrica por não considerarem os custos de produção da empresa. A solução para salvar financeiramente a empresa passava por corrigir a situação prevalecente sendo necessário que o Governo tomasse em consideração todas as componentes económicas e administrativas em relação à Maragra. Devia procurar instaurar um preço que reflectisse a realidade económica, conceder espaço financeiro para que as divisas geradas pudessem ser usadas na aplicação correcta das suas necessidades internas sem a respectiva intromissão estatal e adequar a estrutura de produção com a realidade. Ou devia aplicar leis tendentes a salvaguardar os interesses da Maragra e das restantes açucareiras.

Sendo assim, consideramos que a crise da Maragra foi um processo combinado de factores financeiros, técnico e de produção, nocivos à sua sobrevivência o que resultou na paralisação nos anos de 1984/85, quando a Maragra cessa suas actividades de produção de açúcar. O posicionamento estatal com a retirada dos subsídios de custos de produção, contribuiu para efectivar a paragem na actividade fabril, em 1987, pois, deixava de fazer sentido canalizar tais subsídios quando o processo produtivo da fábrica estava inactivo, e, evidentemente, colocou a empresa num dilema sem solução imediata.

As actividades implementadas pela empresa, com maior ênfase após se concretizar sua paralisação, não sortiram efeitos esperados, pois, não conseguiram normalizar a situação em todos os sentidos, tornando-a totalmente dependente de qualquer ajuda externa. Porém, os mecanismos de sustentabilidade própria na fase de estudo, foi insuficiente uma vez que a tendência de crise não declinou e nem mostrou aparente recuperação a curto e médio prazo.

FONTES CONSULTADAS

Teses

António, David (2000). "A produção do açúcar no vale do Incomati c. 1950-1980". Faculdade de Letras, UEM. Maputo [Tese de Licenciatura]

Cardoso, Fernando Jorge (1991). "Estratégias, Economias Locais, Empresas Agrárias: desenvolvimento rural em Moçambique". Lisboa: UTL, vol. 1-2

Gaspar, Napoleão (2000). "Evolução do sistema bancário em Moçambique, 1975-1992". Faculdade de Letras, UEM. Maputo [Tese de Licenciatura]

Gode, Constantino Jaime (1997). "Indústria açucareira em Moçambique: produção Vs importação de açúcar". Faculdade de Economia, UEM. Maputo [Tese de Licenciatura]

Jossias, Nelson (2005). "História do Banco de Moçambique, 1975-2004". Faculdade de Letras, UEM. Maputo [Tese de Licenciatura], BFLCS

Quembo, Carlos Domingos (2004). "Paralisação da Sena Sugar Estates-Marromeu e o impacto para os trabalhadores, 1984-2000". Maputo: Faculdade de Letras, UEM [Tese de Licenciatura]

Mussanhane, A. S. Bouene (2000). "Financiamento e crédito em Moçambique, 1950-1990: o Instituto de Crédito de Moçambique e o Banco Popular de Desenvolvimento". Maputo: Faculdade de Letras, UEM [Tese de Licenciatura]

Artigos e Relatório Não Publicados

CEA (s/d). "Mozambique: de l'indépendance Au 3e Congres Du Frelimo", in *Afrique en Lute*, nº 28-29-30, Bolletin Maraisle (?) Revolutionary, Afrique Noire.

CEDIMO (1978). "Empresas Estatais: Estatutos e Demais Legislação Aplicadas, 1975-1977", nº 28, [Restrito] Maputo

CEDIMO (1978). "Documento Informativo", nº 24, serie A

INA (1989). "A produção açucareira em Moçambique", MA, Instituto Nacional do açúcar (Fotoc.)

Hermelle, Kenneth (1990). "Moçambique numa encruzilhada"

Hawkins, Tony (August 15, 1988). "Banking: Challenges that must be tackled" in Section III, *Financial Times*, p. 3

INA (2000). "O sector do açúcar em Moçambique", MADER

MARAGRA AÇÚCAR (2001). "História da Maragra". (em datas) (folheto/fotoc)

MARAGRA, "Relatório à XI Reunião Geral dos Trabalhadores", 13-14 de Junho de 1986

Ministério do Desenvolvimento e Planificação Económica. Centro de Documentação Económica. "Conjuntura açucareira". Informação CDE nº4/77, Maputo, MDPE-CDE, 1977-09-30, CEA Cx. 32/P

Ratilal, P. "Financiamento e Agricultura: sistema formal bancário e disponibilidade de crédito para a agricultura" [tema 6, pp. 105-114], in MA, 'I Seminário Nacional do Sector Privado Agrícola em Moçambique: Seminário Nacional Sobre Agricultura', Chimoio, 19-21 de Julho de 1999

Wield, David (1980?). "Mozambique: late colonialism and early problems of transition", Maputo: CEA-UEM, 60p.

Wuyts, Marc (1983?). "A organização das finanças e o desenvolvimento económico em Moçambique: do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista", Maputo: CEA Texto de Apoio, 105.

Wuyts, M. "Nota Estatística Sobre O Desenvolvimento Económico Do Pós-Independência Em Moçambique", CEA Texto de Apoio nº 63.

Livros e Artigos Publicados

Abrahamsson, Hans & Nielsson, Ander (1994). *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período de 1975-1992*, Maputo: Padrigu/CEEIISRI, 365p.

Abreu, Silvana de e Hallam, Alistair Peter (1993). *Estudo da procura e oferta de crédito em Moçambique (1987-1992)*, Departamento de Estudos Económicos e Estatísticos do Banco de Moçambique (DEEE-BM)

BM (1977). *Capitais dominantes nas principais empresas de Moçambique*, Estudos Macroeconómicos e de Conjuntura, Direcção de Documentação e Estudos Económicos, Maputo

BM (2000). *1975-2000: Cronologia*. CDI, Maputo

BM (1986). *Relatório Anual*. Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1986 e Análise sobre a Evolução da Economia de Moçambique em 1986, Maputo

Cardoso, Fernando Jorge (1993). *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no contexto da África Sub saariana*, Lisboa: Fim do Século Ed. Ltda

Castel-Branco, Carlos Nuno (1994). Problemas estruturais de industrialização: a indústria transformadora, In: Castel-Branco, C.N. (org.) *Moçambique: perspectivas económicas*, Maputo: UEM/ Fundação Friedrich Ebert.

CNP (1985). *Informação Estatística, 1975-1984*, Maputo

Cotta, Alain (1978). *Dicionário de Economia*. Lisboa: Publicação Dom Quixote

The Economist (1994). *Guia dos indicadores económicos: para entender a economia*. 2ª ed. Lisboa: Caminho

Early, James S. (1986). 'Crédito', In: Silva, Benedito (Coord.), *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, p. 280

Egero, Bertil (1992). *Moçambique: os primeiros dez Anos de construção da democracia*. Estudos 8, Maputo: AHM

Hanlon, Joseph (1984). *Mozambique: the revolution under fire*, London & New Jersey: Zed Books.

Hanlon, Joseph (1991). *Mozambique: who calls the shots?*, London Bloomington & Indianapolis: James Currey and Indiana University Press.

Maleiane, Adriano Afonso (1997). *Moçambique: as etapas da programação do crédito no contexto do Programa de Reabilitação Económica e Social*. BM, staff paper nº 6

Mosca, João (1999?). *A experiência socialista em Moçambique, 1975-1986*, Lisboa: Instituto Piaget.

"Programas do Governo 1978, Localização e Capacidade das Fábricas da Açúcar", in *Não Vamos Esquecer* Nº 1, Maputo, 1982. pp. 325-329, CEA Cx 5/O

Newitt, M. (1995). *História de Moçambique (1542-1992)*, Mira Sintra: Publicações Europa - América.

Ratilal, Prakash (1990?). *Enfrentar o desafio: utilizar a ajuda para terminar a emergência*, Maputo: Ed. Globo

Wuyts, M. (1989). *Money and planning for a socialist transition: the Mozambique experience*. Institute of Social Studies

Wuyts, M. (1990) "Gestão económica e política de reajustamento em Moçambique", in *Estudos Moçambicano* 8, Maputo, CEA

Legislação

Moçambique, Principais Legislações Promulgadas pelo Governo da República Popular de Moçambique, de 25 de Junho de 1976 a 25 de Junho de 1977, vol. IV. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1977

Decreto-Lei nº 16/75, in *Boletim Oficial* nº 19, de 13 de Fevereiro, Maputo (sobre intervenção em empresas “sabotadas” e nomeações de Comissões Administrativas).

Decreto-Lei nº 17/77, in *BO*, de 28 de Abril, Maputo (dá seguimento ao processo de formação de empresas estatais e cria seu Estatuto-Tipo).

Decreto-Lei nº 18/77, in *BO*, de 28 de Abril, Maputo (sobre condições de transformação das empresas com Comissões Administrativas em empresas estatais).

Resolução nº 11/80 do Conselho de Ministros determina que o crédito seja instrumento para a realização dos objectivos da politica económica do Estado e sua concessão deve fundamentar-se nas prioridades do Plano Económico Nacional.

Lei nº 2/81, *BO*, I série nº 39 de 30 de Outubro de 1980 (contém lei da organização e funcionamento das empresas estatais” e revoga o anterior estatuto).

Entrevista e Depoimentos

Chemane, Casimiro Alfredo. Recursos Humanos; Aprovisionamento. Funcionário da Maragra entre 1980-2000. Entrevistado em 16/09/2006

Munguambe, Luís. Adjunto chefe dos Recursos Humanos em 1977; Dirigente do Aprovisionamento e área técnica; Director nomeado em 1992 como representante dos accionistas. Entrevistado em 30/ 11/ 2005

Nandza, Arlindo. Funcionário da Maragra entre 1980-2000. Entrevistado em 15/07/2006

Nandza, Leonardo. Residente no bairro da Maragra. Entrevistado em 15/07/2005

Revistas e Jornais

Tempo

“Alguns produtos essenciais têm novos preços”, 22/06/80: 6, Nº 506

“Maragra: Crise de Produção”, 19/10/75, nº 263

“Moçambique-Portugal: Ruptura nas Conversações”, 15/04/1979: 18, Nº444

“Na Maragra: 4000 trabalhadores estão em greve”, 9/06/74

“ Maragra: substituir estacas estragadas, matar o bicho que as rói para salvar a casa”, 9/11/75: 62-63, Nº266

Tomé, Bartolomeu, “Emulação socialista nas Açucareiras. A recuperação”, 29/10/78; 29-33, Nº 421

Noticias

“Devido ao estado técnico de equipamento. Açucareira da Maragra não terá campanha de produção”, 20/03/85: 2

“Maragra vai aumentar a produção de bebidas”, 8/12/88: 3

“A luta do sector industrial contra as sabotagens, agressões e crise”, 17/05/85: 3

“Maragra incentiva produção familiar”, 26/06/86: 2

ANEXOS

GUIÃO DE QUESTIONÁRIOS

Dados do Entrevistado

Nome:

Cargo:

Tempo de Serviço:

Data/hora:

Outros:

Dados da Empresa:

Nome:

Localização:

Capacidade de produção:

Actividade principal:

Outras actividades:

Proprietário actual:

Questionário

1. Que aconteceu com a Maragra depois da independência?
2. Qual era o estado da empresa, em 1975, a nível organizacional e funcional (produção)?
3. Alguma razão específica que justificasse a intervenção estatal em 1977?
4. Depois da intervenção, o Governo da RPM conseguiu manter a Maragra a funcionar bem?
5. Depois da intervenção (1977), quais eram os principais problemas que a Maragra enfrentou? A intervenção teve algum impacto (negativo ou positivo) na empresa?
6. Maragra já teve alguma dificuldade financeira ao longo da sua trajectória (se possível, os anos)? Como é que ela ultrapassava sempre que tivesse problemas desse género?
7. Qual foi o comportamento do financiamento na Maragra? Quem era o responsável pelo financiamento das despesas da Maragra quando ela não tivesse como pagar?

8. Que mecanismo ou argumento a Maragra apresentava para a concessão de financiamento e créditos?
9. Como é que era entregue o crédito? Directamente a empresa, ao governo ou depositado na conta da respectiva empresa?
10. Será que o financiamento conseguia responder as expectativas da empresa?
11. Como é que era feita a decisão do preço do açúcar, pelo Governo ou pela própria Maragra?
12. Entre 1975-85/57 que mecanismo a Maragra adoptou para se livrar dos problemas que a afligiam?
13. Que motivos levou a Maragra a não produzir mais açúcar por volta de 1984/85?
14. Alguma vez chegou a paralisar por completo sua actividade? (se sim, porquê)
15. Como foi que a Maragra sobreviveu depois que deixou de produzir a cana para a produção do açúcar?
16. Desde altura que não mais produziu cana e açúcar (1984/85) até altura da sua privatização, qual foi a base de sustento da Maragra e dos seus funcionários?
17. Desde 1975-1987, teve algum acontecimento importante que marcou bastante a Maragra? (se sim, fale dele)
18. Há algum dado extra que gostaria de acrescentar?

CRONOLOGIA CONTEXTUALIZADA

1975:

- (25 de Junho) Independência de Moçambique;
- construção de diques na Maragra;
- Maragra atravessa grave crise de produção (*Tempo*, 9/11/75);
- prejuízos na Maragra atingem 480.000 contos (*Tempo*, 15/04/79: 18);

1977:

- III Congresso da Frelimo; nacionalização dos sectores chave da economia;
- (23-25 de Fevereiro) intervenção da Maragra (INA, 1989: 10)¹³⁴;
- promulgação do "Estatuto-Tipo das Empresas Estatais" (Decreto-lei nº17/77, de 28 de Abril);
- BM adquire acções nas diversas empresas incluindo a Maragra (24,9%);
- produção da empresa atinge pouco menos de 11. 7 mil tons.;
- trabalhadores vão especializar-se em Cuba na técnica de cozedura e contabilidade de açúcar (*Tempo*, 29/10/78)

1978:

- Decreto-Lei nº 25/78 de 19 de Dezembro do Conselho de Ministros, criou o Instituto Nacional do Açúcar (INA);
- preço de venda do açúcar à porta da empresa é de 6,2 contos/ton (Programa de Governo, 1978)
- (Março) até a data Maragra apresenta parte da maquinaria desmontada;
- (Agosto) intervenção da SSE e Cª de Búzi (Novembro);

1979:

- (24-28/04) II fase da reunião nacional das empresas açucareiras coordenadas pelo INA (*Tempo*, 15/04/79: 4);
- realização da III Assembleia Geral dos Trabalhadores onde analisou-se o trabalho desenvolvido durante a inter-campanha (Jan.-Maio), trabalhos a se realizar na campanha de 79 e estudou problemas diversos levantados pelos trabalhadores durante a Assembleia anterior (*Tempo*, 17/06/79: 7);
- introdução experimental de vários tipos de cana e criação de laboratório de solos;
- (19-21/12) IV Assembleia Geral dos Trabalhadores da Maragra durante a qual foram analisadas e discutidas os trabalhos desenvolvidos durante a campanha finda e fixados os planos de desenvolvimento da empresa para o ano seguinte (presidida pelo director da empresa Rui Filipe Madruga) (*Tempo*, 30/12/79: 4-5);
- Programa do Governo ditou medidas a tomar e acções a realizar para a indústria açucareira. A Maragra e Cª do Búzi tornaram-se Empresas Estatais;
- fortaleceu-se relações do sector açucareiro com países socialistas a nível técnico, material, humano e comercial (MDPE-CDE, 1977);

1980:

- índice de produção da Maragra regista pico (22 774mil tons.) após 1975 (23 mil tons.) (Cardoso, 1993: 253);
- preço de açúcar fixado em 10,60 Mt/Kg

¹³⁴ Cardoso (1993: 254) e BM (1977: 3) apresentam o mês de Março como sendo o ano da intervenção da Maragra.

1982:

- Situação de seca agrava o cenário económico do país;
- (Maio) a Companhia Britânica Tate & Lyle propõe crédito para reabilitação do sector açucareiro no valor de £15 milhões e em Junho do ano seguinte é suspenso (INA, 1989: 37)

1983:

- Realização do IV Congresso da Frelimo;
- dívida da Maragra acumulada ao BM atinge 3653 mil contos (capitais e juros) para um nível de receitas anuais de 89 mil contos e despesas de 540 mil contos (Cardoso, 1993: 255);
- o país passou a importar, pela primeira vez, o açúcar do estrangeiro para cobrir parte do défice da produção nacional (Gode, 1997: 7);
- diminuição do peso do investimento estatal no conjunto do sector agrário (Cardoso, 1993: 188-189, Vide Quadros p. 189);
- (Junho) crédito da Tate & Lyle é suspenso devido a situação cambial do país;

1984:

- zona de operação da empresa passa a ser afectada directamente pela guerra, facto que originou transformações no funcionamento da economia da região;
- Índice de produção da empresa atinge seu pico mais baixo (2.7 tons.) (Cardoso, Graf. 13);
- Maragra cessa sua produção (INA, 2000: 2; Quembo, 2004: 13-14);

1985:

- Indústria Açucareira Moçambicana recebe apoio financeiro do Banco Mundial, da Overseas Development Administration (ODA) e do Reino Unido (INA, 1989: 38; Quembo, 2004:13-14)
- Maragra dispõe de 5864 trabalhadores entre especializados e não-especializados;

1986:

- (Junho) Realização da XI reunião geral os trabalhadores;

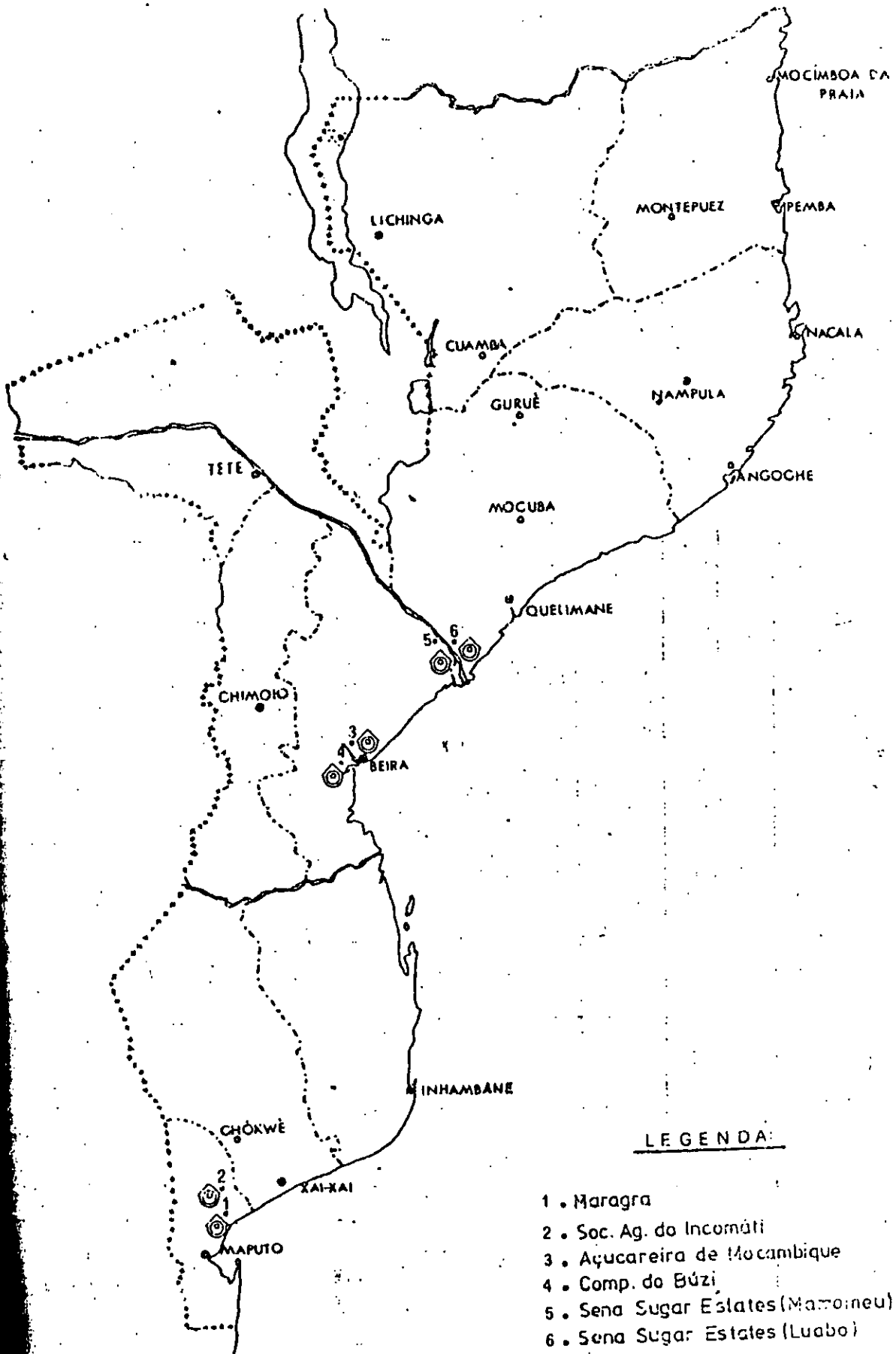
1987:

- As políticas de subsídios a descoberto a empresas agrárias deficitárias começaram a ser questionadas e abandonadas a partir da data com a implementação do PRE (Cardoso, 1991: 260). Como resultado reduz-se o crédito ao sector estatal e aumenta-se o concedido ao sector privado (Abreu & Hallam, 1993);
- oficialmente não se produziu mais cana na Maragra (INA, 2000: 2);
- com introdução do PRE os preços começaram a ser fixados utilizando-se um critério mais racional de custos.

MAPAS E FIGURAS

FIGURA 1

LOCALIZAÇÃO DAS FÁBRICAS DE AÇÚCAR



LEGENDA:

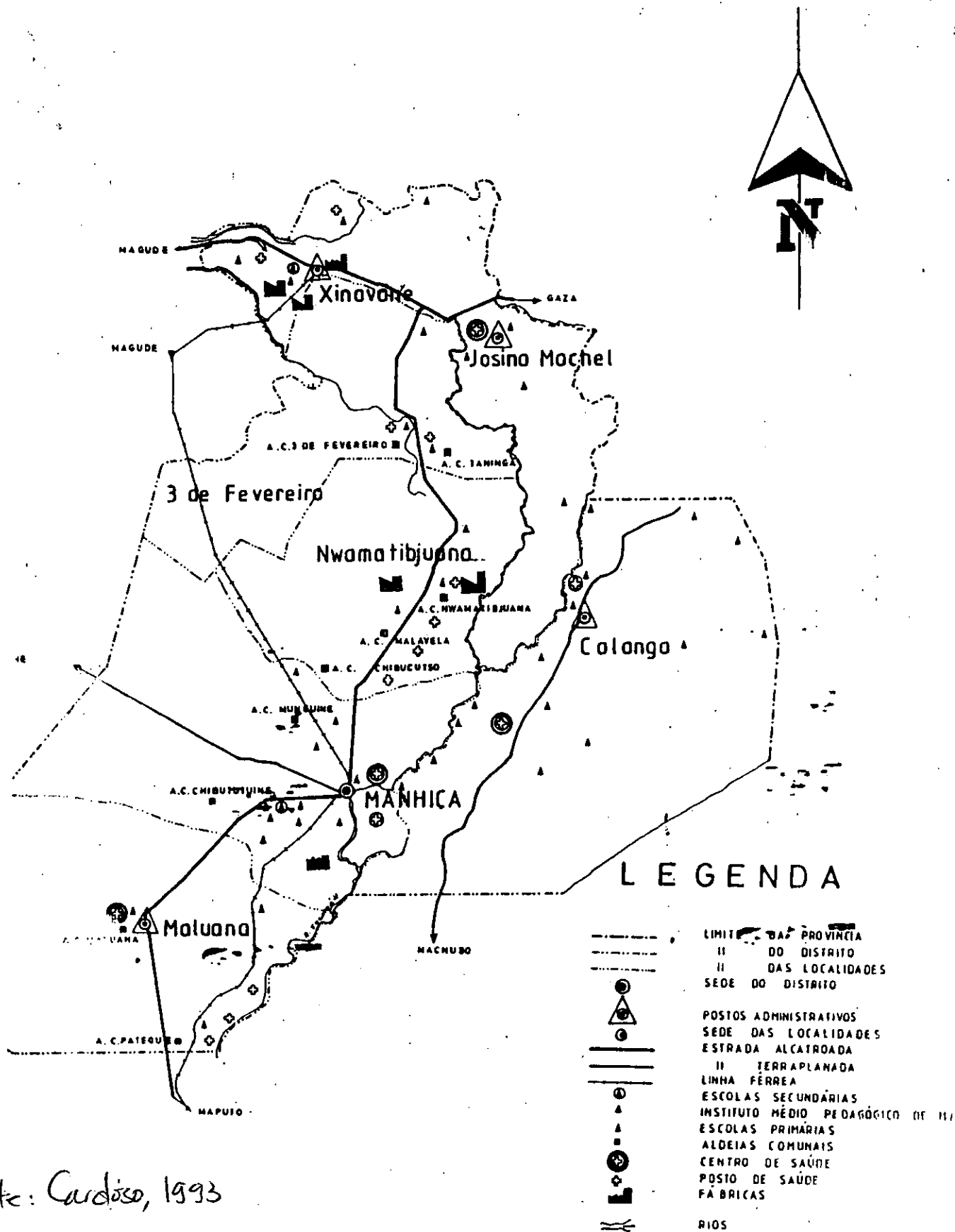
- 1 • Maragra
- 2 • Soc. Ag. do Incomati
- 3 • Açucareira de Mocimboque
- 4 • Comp. do Búzi
- 5 • Sena Sugar Estates (Mamoneu)
- 6 • Sena Sugar Estates (Luabo)

Fonte: Cardoso, 1993

NOTA: A produção da Sena Sugar Estates é considerada como uma só, com base em Selys.

MAPA 5

Distrito da Manhica



LEGENDA

- LIMITE DA PROVINCIA
- - - LIMITE DO DISTRITO
- - - LIMITE DAS LOCALIDADES
- SEDE DO DISTRITO
- ▲ POSTOS ADMINISTRATIVOS
- SEDE DAS LOCALIDADES
- ESTRADA ALCATROADA
- - - TERRAPLANADA
- LINHA FERREA
- ESCOLAS SECUNDÁRIAS
- INSTITUTO MÉDIO PEDAGÓGICO DE III
- ESCOLAS PRIMÁRIAS
- ALDEIAS COMUNAIS
- CENTRO DE SAÚDE
- POSTO DE SAÚDE
- FÁBRICAS
- ~ RIOS

Fonte: Cardoso, 1993

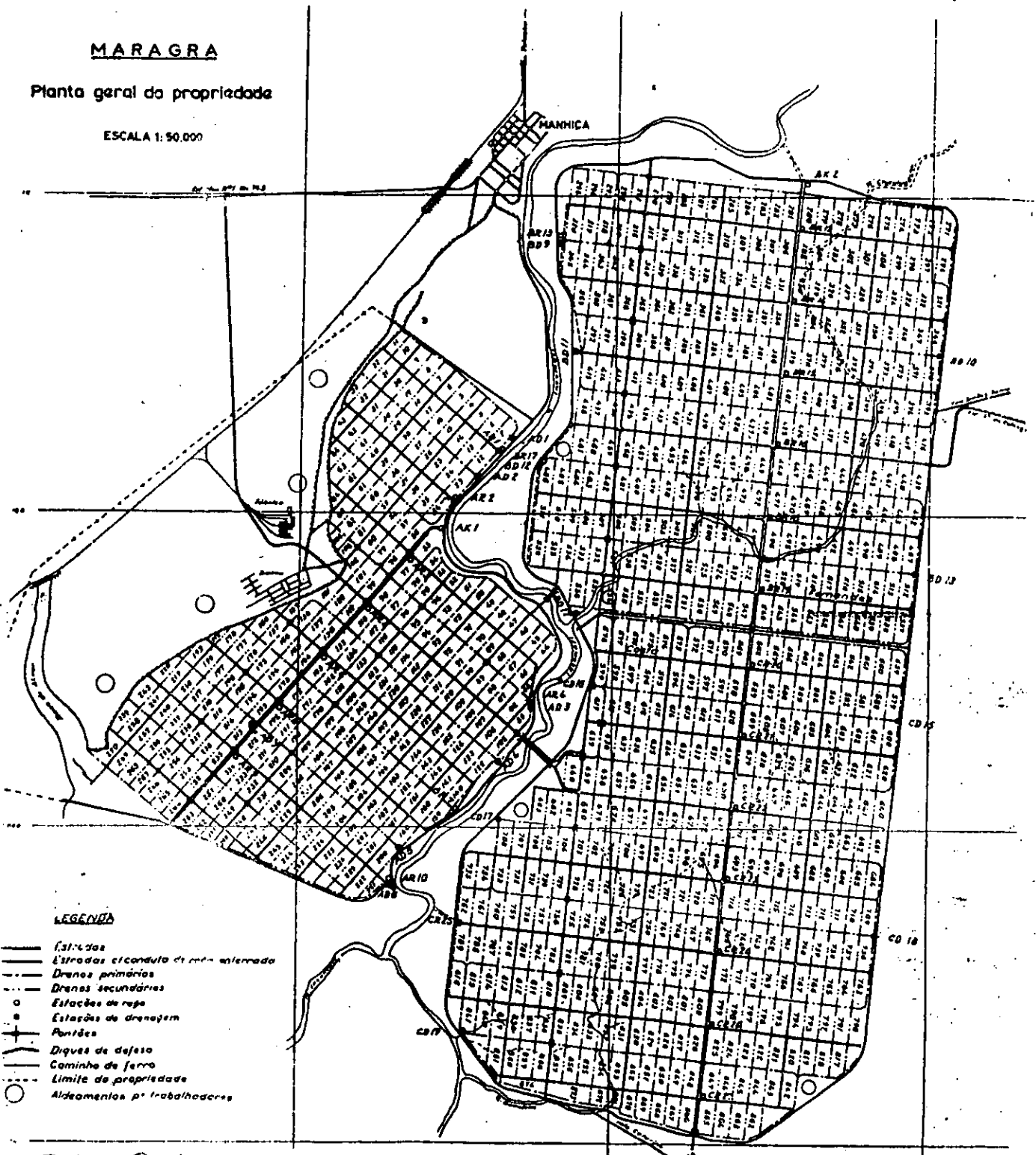
MAPA 7

Maragra — Zona Central

MARAGRA

Planta geral da propriedade

ESCALA 1:50.000



Forte: Cardoso, 1993

MAPA 6
Manhiça — Maragra

